



ABIMAQ DISCUTE REFORMA TRIBUTÁRIA E ABERTURA COMERCIAL COM MINISTRO PAULO GUEDES

Dando sequência à programação de reuniões quinzenais entre a Coalizão e o ministro Paulo Guedes, no mês de julho as reuniões aconteceram dias 9 e 29 e a formação de um grupo de empresários e governo para discutir a reforma tributária foi um dos principais destaques. P.3

Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



PROSSEGUEM REUNIÕES PARA MINIMIZAR PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE AÇO

Simulação de preços e oferta de novas empresas importadoras de aço como Lecco Steel, Maurano e um webinar sobre Formação de Preços no mercado brasileiro foram realizadas pelo departamento de mercado interno da ABIMAQ no mês de julho. P.4

ABIMAQ EM AÇÃO / Ps. 5 E 9

100 MAIS
INFLUENTES DA
ENERGIA DA
DÉCADA



O diretor executivo da ABIMAQ, Alberto Machado, dessa vez recebe o prêmio dos mais influentes da década



HIDROGÊNIO - ABIMAQ realiza primeira reunião do Conselho de Hidrogênio e entrevista Maurilio Biagi, que faz parte da história do hidrogênio no Brasil



AUTOSSUFICIÊNCIA?

De acordo a sabedoria popular, há males que vem para o bem. No caso da pandemia da Covid é difícil encontrar algo que possa lidar este ditado mas, procurando com afinco, podemos acabar achando alguma coisa que o confirme. A crise sanitária desnudou as deficiências brasileiras para o enfrentamento desta epidemia. O país demonstrou não estar preparado, e esta é a lição a ser aprendida. O SUS, nosso sistema de saúde, até que se portou razoavelmente bem, acima, até, das expectativas médias.

Enfrentou bravamente uma doença desconhecida, e somente entrou em colapso e, assim mesmo, por um breve período, por motivos que não são de sua responsabilidade direta. Na verdade, as falhas foram causadas muito mais pelo histórico de baixos investimentos públicos em equipamentos e produtos, o que causou, desde a falta de máscaras e de roupas de proteção individual, até a falta de oxigênio, respiradores, remédios para intubação, e leitos equipados para o apoio à vida dos pacientes.

Também ficou patente, durante o pico da primeira e, mesmo da segunda onda da Covid, a falta de capacidade produtiva de nossa indústria de equipamentos e de insumos farmacêuticos incapaz de reduzir nossa dependência de fornecedores externos, fato que se refletiu na escassez de equipamentos e produtos farmacêuticos e no forte aumento de seus preços. A incapacidade brasileira de produzir vacinas sem o fornecimento, chinês ou indiano, de insumos farmacêuticos básicos é, de certo modo, chocante.

Esta escassez, entretanto, não se limitou à área da saúde. A recuperação rápida da indústria, a partir do segundo semestre do ano passado, esbarrou na desorganização das cadeias produtivas mundiais e no insuficiente fornecimento local. Faltou de tudo, nas cadeias produtivas, desde matérias primas e insumos básicos como o aço, até componentes sofisticados, como circuitos im-

“ Em todos os lugares, durante a crise, foi o Estado quem garantiu a continuidade dos empregos e das empresas, quem assegurou uma renda mínima aos mais necessitados e quem forneceu os investimentos necessários para a retomada do crescimento econômico ”

pressos, o que acabou afetando a produção de diversas indústrias, aí incluídas algumas montadoras de veículos.

A bem da verdade, esta escassez ocorreu a nível mundial, o que consolidou um *rally* de preços nas principais commodities e nem produtos intermediários, algo que somente agora dá sinais de acomodação ainda que os preços permaneçam num patamar bem mais elevado do que na pré-pandemia. Voltando à tese inicial de que há males que vem para o bem, podemos dizer que um legado bom da pandemia foi a confirmação de que o Brasil precisa mudar uma série de coisas em seu modelo econômico.

Algo que ficou muito claro durante esta crise, e a demonstração não ficou restrita ao Brasil, é que o Estado tem um papel fundamental na vida econômica de um país. Ele não deve ser relegado à função de mero espectador, enquanto o mercado resolve os problemas. Em todos os lugares, durante a crise, foi o Estado quem garantiu a continuidade dos empregos e das empresas, quem assegurou uma renda mínima aos mais necessitados e quem forneceu os investimentos necessá-

rios para a retomada do crescimento econômico.

Foi novamente o Estado quem, nos países desenvolvidos, propiciou a quase totalidade dos recursos necessários ao desenvolvimento das vacinas permitindo a resposta rápida da indústria farmacêutica. A lição da importância do Estado foi aprendida pela maioria dos países. O governo Biden, nos EUA, recuperou, depois de quatro décadas de predomínio do mercado, o Estado como indutor do desenvolvimento através de um ambicioso programa de recuperação de empregos e de investimentos públicos em educação e infraestrutura.

O exemplo americano, ainda que em menor grau, foi acompanhado pelos países da União Europeia e pela maioria dos demais países que compõe a OCDE. Há, no mundo todo, um renascimento das políticas públicas de desenvolvimento e até de políticas industriais, tema que ficou banido durante as últimas quatro décadas. O modelo de desenvolvimento chinês, apesar de sua estrutura autocrática, tem sido citado recorrentemente como exemplo. O Brasil, entretanto, parece não ter aprendido nada com a crise da pandemia.

Nós continuamos com a mesma agenda das intermináveis reformas, apesar de que, cada reforma aprovada, não tenha, na prática, mudado nada de essencial no “status quo” vigente. O governo, o setor financeiro e boa parte do setor produtivo continuam acreditando que o mercado, a livre concorrência e a abertura comercial irão resolver o desemprego, a extrema pobreza, a fome e a péssima qualidade da educação. A crença, aqui, continua sendo a de que o Estado atrapalha e a desigualdade de renda é vista mais como uma questão de meritocracia.

Acreditam que o atual modelo será suficiente para garantir um mínimo de segurança industrial na produção de insumos farmacêuticos básicos, de equipamentos hospitalares, de vacinas e de componentes industriais. Vamos torcer. ■



COORDENAÇÃO DE ACESSORIA DE IMPRENSA

Vera Lucia Rodrigues - MTB: 11664

REDAÇÃO E ACESSORIA DE IMPRENSA

Vervi Assessoria e Comunicações

[veralucia@grupovervi.com.br]

Carla Cunha - MTB: 0088328/SP

[imprensa@abimaq.org.br]

DIAGRAMAÇÃO: More-Arquitetura de Informação

Jo Acs, Mozart Acs e Paula Rindeika

CONSELHO EDITORIAL

Cristina Zanella, José Velloso, Lariza Pio, Marcos Borges Carvalho Perez, Patricia Gomes, Rafael Bellini e Vera Lucia Rodrigues

SEDE SÃO PAULO - SP

PABX: (11) 5582-6470 / 6356

E-mail: imprensa@abimaq.org.br

www.abimaq.org.br

SEDES REGIONAIS

BELO HORIZONTE (MG)

Tel: (31) 3281-9518

E-mail: srmg@abimaq.org.br

BRASÍLIA (DF)

Tel: (61) 3364-0521 / 0529

E-mail: abimaqdf@abimaq.org.br

CURITIBA (PR)

Tel: (41) 3223-4826

E-mail: srpr@abimaq.org.br

JOINVILLE (SC)

Tel: (47) 3427-3846 / 5930

E-mail: srsc@abimaq.org.br

PIRACICABA (SP)

Tel: (19) 3432-2517 / 1266

E-mail: srpi@abimaq.org.br

PORTO ALEGRE (RS)

Tel: (51) 3364-5643 /

3347-8787 - Ramal 8301 / 8763

E-mail: srss@abimaq.org.br

RIBEIRÃO PRETO (SP)

Tel: (16) 3941-4114 / 4113

E-mail: srpp@abimaq.org.br

RIO DE JANEIRO (RJ)

Tel: (21) 2262-5566 / 7895

E-mail: srrj@abimaq.org.br

NORTE / NORDESTE (PE)

Tel: (81) 3221-4921 / 3790

E-mail: srnn@abimaq.org.br

VALE DO PARAÍBA (SP)

Tel: (12) 3939-5733

E-mail: srvp@abimaq.org.br

ABIMAQ EM AÇÃO

Coalizão Indústria se reúne com ministro Paulo Guedes para discutir reforma tributária

Proposta pelo Ministério da Economia de criação de grupo com a indústria para avaliar mudanças na reforma do IR e críticas ao corte tímido das alíquotas para o IRPJ foram os principais temas da reunião

Um projeto mais enxuto e focado nas mudanças conceituais do modelo tributário foi o principal enfoque das lideranças do grupo Coalizão Indústria que se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no dia 9 de julho, para debater o projeto de reformulação do Imposto de Renda. De acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, José Velloso, o ministro concordou com as cobranças dos industriais membros da Coalizão e decidiu criar um grupo de trabalho com representantes do setor produtivo e do Congresso para rediscutir as propostas de reforma tributária.

O grupo tratará apenas da parte da indústria, mas há discussões semelhantes e com o mesmo objetivo envolvendo setores como o comércio, serviços e agronegócio. Velloso afirma que já havia a ideia de formar o grupo para debater a primeira fase da reforma do governo, que já está no Congresso e cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Agora, o projeto da reforma do Imposto de Renda também entrará em discussão.

“Na realidade – explica Velloso – foi o próprio ministro que solicitou o encontro com os representantes da Coalizão Indústria e propôs a criação do comitê, que será coordenado pelo assessor especial de Guedes para a reforma tributária Isaías Coelho e terá a participação de membros da Receita Federal e do Congresso”. Pela Coalizão Indústria, estarão Velloso, José Ricardo Roriz (Abiplast) e Marco Polo Lopes (Aço Brasil).

De acordo com Velloso, a avaliação é de que o conceito que se baseia a reforma, de reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e tributar os dividendos não está errada. “O problema – argumenta – é que com a tributação alta nas empresas e nenhum custo para os sócios, os empresários retiram valores, diminuindo o caixa da empresa e quando é preciso de dinheiro para investir, a empresa tem que recorrer aos bancos. Diminuir IRPJ e taxar dividendos é o que é feito no mundo todo. O conceito da reforma está correto, diminuir o imposto das empresas e tributar dividendos. É o que o mundo faz. O problema é que a Receita colocou coisas que não eram necessárias”.

De acordo com o presidente executivo da ABIMAQ, embora a proposta para os dividendos (20%) seja semelhante ao que é praticado internacionalmente, a Coalizão critica o corte tímido das alíquotas para o IRPJ. “Além disso, explica Velloso, outro equívoco da reforma como foi enviada ao Congresso é tratar de outros temas, como tributação offshore e de investimentos imobiliários. A Receita acrescentou uma série de coisas que não estavam na pauta”.

Para Velloso, essa foi a melhor reunião que a Coalizão já teve com o ministro que garantiu enfaticamente que não vai aumentar a carga tributária da indústria, que, necessita de uma proposta que estimule o empresário a deixar dinheiro na empresa e que proporcione uma carga tributária que torne o Brasil competitivo na atração de investimentos comparativamente a outros países. ■



No dia 24 de junho de 2021 o Ministro da Economia submeteu para apreciação o Projeto de Lei número 2337/2021 que altera a legislação do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição sobre Lucro Líquido.

A reforma do imposto de renda trouxe no seu bojo três frentes de mudança: legislação do Imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido visando modernizá-la e reduzir a alíquota de IR aplicável a Pessoa Jurídica e dispor sobre a tributação dos lucros e dividendos distribuídos, IR incidente sobre operações realizadas no mercado financeiro e de capitais e legislação do IRPF com o objetivo de alterar a tabela progressiva e autorizar o valor de imóvel.

No dia 13 de julho o Deputado Celso Sabino (PSDM/ PA) apresentou aos líderes partidários o Substitutivo preliminar ao PL 2337/21 informando que outras modificações viriam posteriormente.

Ainda é esperada a apresentação oficial do parecer. A seguir algumas das principais alterações propostas até o momento.

PESSOA JURÍDICA

1. A redução da alíquota de IRPJ para 5% em 2022 e 2,5% a partir de 2023, mantido o adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil ao mês e estabelecimento de alíquota de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos.

A proposta do governo federal (PL 2337/2021) aumentará a tributação sobre o investimento produtivo:

Hoje: IRPJ de 15% + Adicional de 10% + 9% [CSLL]= 34%

Proposta: IRPJ de 2,5% + Adicional de 10% + 9% [CSLL]= 21,5% + 20% [Lucros e Dividendos] = 37,2%

2. A incidência do Imposto s/ Dividendos não deveria ser definitiva.

Deveria poder lançar os valores recebidos da empresa na Tabela Progressiva do IRPF com de-

vido crédito do imposto já pago sobre os lucros e dividendos.

3. Fim da dedutibilidade dos Juros sobre Capital Própria

O fim da dedutibilidade do Juros sobre Capital Próprio (JCP) irá desestimular os investimentos feitos nas empresas com recursos próprios dos sócios e estimulará investimentos com recursos de terceiros, ou seja, via dívida.

Isso comprometerá o equilíbrio no tratamento entre capital próprio e capital de terceiros. Será prejudicial para o modelo de financiamento das empresas e deverá reduzir os investimentos.

PESSOA FÍSICA

1. Correção da tabela progressiva e ampliação das faixas de isenção, de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,01, mantendo a alíquota máxima do IRPF em 27,5%, para rendimentos mensais superiores a R\$ 5.300,01.

Isenção somente para quem ganha até R\$ 2.500.

2. Restringir o desconto simplificado de 20% aplicado na declaração do imposto, para pessoas com renda anual de até R\$ 40 mil.

Atualmente, qualquer contribuinte pode fazer a declaração simplificada e receber o desconto de 20% da renda tributável (no limite de R\$ 16.754,34). A alteração irá eliminar o desconto da renda tributável para os não elegíveis elevando o imposto recolhido para boa parte dos contribuintes.

3. Opção de atualizar os valores de imóveis adquiridos até 31/12/20, com a diferença entre o valor atualizado e o custo de aquisição sujeito a 4% de IR.

Deveria ter alíquota de 1%.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

1. Uniformização da tributação de vários fundos de investimentos e aplicações em títulos de valores mobiliários – alíquota única de 15%.



ABIMAQ EM AÇÃO

Estratégia para aumentar a disponibilidade de aço para associados

Simulação de Custos de Importação de aço com a Trading Leeco Steel, Alternativas de Fornecimento de aço inox com o Grupo Maurano; Formação de Preço do Aço no Mercado brasileiro com a S&P Global Platts e apresentação de Plataforma de Pool de Compras com a startup Compra Comigo foram as ações realizadas nas últimas semanas.

Foram quatro encontros online organizados pela ABIMAQ durante o mês de julho que contou com cerca de 650 participantes nos dias 8, 12, 29 e 30, para levar aos associados estratégias alternativas do mercado de matérias-primas com custos menores que os locais.

A ideia das reuniões é permitir que as empresas fabricantes de máquinas, equipamentos e outros bens de capital do país, se organizem para discutir um programa de importação de aço, através do contato com as tradings, de forma a garantir a regularização do abastecimento da matéria-prima. O presidente executivo da ABIMAQ, José Velloso, diz que “os preços praticados pelas siderúrgicas e distribuidores locais estão bem mais elevados que o material importado (de 10 a 32%), principalmente na rede varejista. Precisamos buscar alternativas aos nossos associados”.

De acordo com Marcos Perez, superintendente de mercado interno da ABIMAQ, “O preço do aço no Brasil subiu exageradamente tendo se descolado do padrão de aumentos observados nos mercados internacionais. Essa disparidade de preços locais versus internacionais levou a aumento recorde da importação de aço a custos menores que os fornecedores regionais.”

“O Brasil importava pouco aço e as empresas precisam de alternativas de fornecimento de matérias primas para mantermos nossa robusta pauta de exportações de bens de valores agregado como máquinas e equipa-

A ideia da ABIMAQ é mostrar a forma de trabalho das empresas e diferenciá-las de acordo com a necessidade do associado.

mentos. O nosso objetivo é trazer opções de acesso estratégico insumos como aço”, completou José Velloso.

A Trading Leeco Steel, considerada um a das maiores tradings dos EUA, é uma empresa de quase 140 anos e a maior distribuidora de chapas e outros produtos além do centro de serviços no mercado americano.

Antônio Carlos Rosset é Diretor Comercial na Leeco Trading, uma divisão da Leeco Steel e mostrou os números da produção internacional anual de 2019, dados da Associação Mundial do Aço – da Steel Associate. “Notamos um *Gap* que temos da China para outros países, quase 1 bilhão de toneladas de aço produzidas.

Não podemos ignorar a China como parceiro, não somente no aço, mas também em outras matérias-primas”, afirma.

Para Velloso, o tema aço é efervescente e não vai parar tão cedo, a ação da ABIMAQ é continuar levando opções. “Nosso interesse é melhorar a condição de compra para o associado e que consigamos reduzir o preço da matéria-prima do setor”.

O Grupo Maurano atua há mais de 50 anos no mercado de comércio, distribuição e beneficiamento de aço e metais, considerado um dos maiores importadores de inox do mercado brasileiro possui ainda expertise nos segmentos siderúrgicos, alimentícios e de polimentos, e trouxe como tema: Alternativas de Fornecimento de Aço Inox e Cobre.

Alexandre Maurano – CEO do Grupo, informou que a pandemia diminuiu a demanda em um primeiro momento e fez com que usinas diminuíssem a produção, o que desregulou a lei de oferta e procura. Com a vacinação e outros fatores (como mudança de comportamento do con-

sumo), a demanda vem crescendo a números pré-pandêmicos. Preços de matérias-primas subiram principalmente por conta da alta liquidez mundial e pelo aumento do lucro das usinas. “Prazos de entrega que antes eram de 30 a 45 dias, hoje estão entre 120 a 180, tal desequilíbrio faz com que o mercado procure opções de fornecimento, e uma delas é a importação”, conclui.

Adriana Carvalho é editora-chefe da América Latina – Metais da S&P Global Platts, fornecedora de informações e preços de referência nos mercados de commodities e falou sobre a elevação dos preços do aço no mercado brasileiro.

Segundo a empresa, a bobina laminada a quente, para ficar num só exemplo, estava sendo comercializada a R\$ 6.855 a tonelada (sem impostos), no início de maio. Até aquela data o produto acumulava alta de 46% em 2021 e de 130% nos últimos 12 meses.

“O que aconteceu nos últimos anos, em 2019 foi de baixas, a demanda de aço foi fraca, a construção civil era a única que segurava e a guerra comercial redefiniu os fluxos comerciais”, comentou Adriana.

A plataforma Compra Comigo apresentou uma ferramenta de mercado que já está em uso por associados. A solução permite que as empresas por suas próprias iniciativas possam consolidar compras em grupo. A ABIMAQ não está organizando pool de compras, mas apresentando alternativas para que os associados possam implementar suas estratégias de forma independente.

De acordo com Velloso, a ideia da ABIMAQ é mostrar a forma de trabalho das empresas e diferenciá-las de acordo com a necessidade do associado. “Espero ter contribuído com o associado e ter oferecido melhores oportunidades e preços, o importante é ter estratégia e diversificar suprimentos”. ■

PRODUÇÃO INTERNACIONAL

Posição	País	Produção Anual 2019
1	China	996.342
2	Índia	111.351
3	Japão	99.284
4	Estados Unidos	87.761
5	Rússia	71.897
6	Coréia do Sul	71.412
7	Alemanha	39.627
8	Turquia	33.743
9	Brasil	32.569
10	Irã	25.609

Fonte: Associação Mundial do Aço

ABIMAQ EM AÇÃO

ABIMAQ realiza primeira reunião do Conselho de Hidrogênio

Em reunião de apresentação, especialistas expõem estratégias e debatem o uso do hidrogênio na geração de energia e sua importância para o setor de máquinas e equipamentos

“Agora sabemos o quanto não sabíamos sobre hidrogênio – sabemos que temos muito a aprender”, assim João Marchesan, presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ, encerrou a reunião online, ocorrida no último dia 06 de julho, para debater a importância do hidrogênio verde, grande revolução que trará muitos investimentos, principalmente para o setor da indústria de máquinas e equipamentos e anunciar a criação do Conselho.

Marchesan agradeceu a participação de Maurílio Biagi (ver matéria ao lado). Ele é um entusiasta e pode contribuir muito com a sua experiência para o desenvolvimento do hidrogênio no Brasil, principalmente no setor sucroalcooleiro onde deve se verificar um aumento na área de cana. “Cabe a nós da Abimaq a missão de levar isso para o associado e para o governo federal, senado e câmara dos deputados, colocando a urgência e a necessidade que temos de desenvolver esse mercado no Brasil”, explicou Marchesan.

De acordo com Marchesan, é preciso pensar no que temos que desenvolver, com custos e tecnologia adequados, para transformar esse produto em realidade no Brasil, para que se torne uma indústria nova, especialmente a partir do etanol e do bagaço da cana, criando independência energética, livre de carbono e de poluição. “Vamos levar ao governo essa necessidade do setor e tentar cooptá-lo para que seja uma realidade no Brasil em curto espaço de tempo, transformando toda essa tecnologia em oportunidades para os associados e também em políticas públicas”, afirmou.

Participaram da reunião, além do Marchesan, José Velloso – presidente Executivo da ABIMAQ, Marcelo Veneroso – Diretor Coordenador do Conselho de Hidrogênio e os palestrantes Ansgar Pinkowski – Gerente de Inovação e Sustentabilidade da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro (AHK Rio), Daniel G. Lopes – CEO da Hytron – Mentor da SAE sobre hidrogênio, Plínio Nastari – Presidente da Datagro Consultoria, e Maurílio Biagi – Membro do Conselho Superior da ABIMAQ e Alberto Machado, diretor da área de petróleo e gás da entidade.

O hidrogênio é um elemento químico representado pelo símbolo H da tabela periódica, é o combustível com maior ocorrência na natureza e que permite a geração de energia renová-

Cabe a nós da ABIMAQ a missão de levar isso para o associado e para o governo federal, senado e câmara dos deputados, colocando a urgência e a necessidade que temos de desenvolver esse mercado no Brasil

» **João Marchesan,**
presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ



vel e sem emissão de gás carbônico. De acordo com Velloso, para a ABIMAQ a razão desse investimento é uma tendência que vai gerar muitos negócios em termos de energia renovável, é uma excelente proposta em termos de energia e vai deixar um legado para a indústria formalizar parcerias estratégicas.

De toda maneira, Marcelo Veneroso pondera que a proposta é economicamente viável no Brasil. “Se o hidrogênio for produzido e consumido em sua base – como propomos para Minas Gerais –, o custo logístico é quase nulo. Então, equaliza-se as demais variáveis energéticas e o preço fica competitivo, principalmente pensando-se no longo prazo e no desenvolvimento de uma matriz ambientalmente amigável”, explicou.

E complementou: “Aqui no Brasil temos algumas empresas que já dominam a tecnologia. Vislumbrando o potencial que haverá em futuro próximo, a Abimaq decidiu formar um Conselho de Mercado, visando orientar esse desenvolvimento de maneira produtiva e privilegiando a utilização de máquinas e equipamentos de fabricantes locais. Precisamos surfar na onda do hidrogênio, mas desenvolvendo toda a cadeia aqui, fabricando máquinas e equipamentos, desenvolvendo tecnologia e fornecendo mão de obra especializada”.

Ansgar Pinkowski apresentou o panorama de produção e consumo do hidrogênio no Brasil e no mundo. Explicou a importância do hidrogênio na descarbonização, que é objetivo de países de todo o mundo, incluindo a Alemanha, que se comprometeu a retirar o CO₂ até 2050 “É importante olhar para o Brasil! Nós fizemos um estudo sobre o setor e, atualmente, não existe produção em escala comercial no Brasil, pois 99% não está sendo usado para fins energéticos”, relata.

Segundo Ansgar as refinarias são os grandes produtores de hidrogênio e o Brasil é o 4º maior consumidor de no mundo. Com isso, o potencial do mercado é muito grande e o ganho para a economia será vantajoso de 2030/40 em diante. “Sou apaixonado pelo tema, pois vejo o Brasil se tornar um grande exportador dessa commodity. Isso é um movimento global e o Brasil não pode ficar de fora!”.

Daniel Lopes, Diretor na Comercial da Hytron, empresa especializada em soluções para a produção de hidrogênio, falou sobre as vantagens de uso do etanol na produção do elemento químico, pois existe a facilidade na decomposição para produzir hidrogênio. “Temos competência e engenharia para produzir no Brasil, e não estamos falando de uma empresa, mas de toda uma cadeia de fornecimento”, finaliza.

Plínio Nastari mostrou a importância do hidrogênio obtido a partir da biomassa, matéria orgânica usada com a finalidade de produzir energia, o que ajuda na redução do custo e do tempo na produção do combustível. Mostrou os dados da produção de biocombustíveis no Brasil, safra 2020/21, em que a produção de etanol somou 32,49 bilhões de litros, sendo 29,92 bilhões a partir da cana e 2,57 bilhões a partir do milho. O etanol anidro é misturado à gasolina a 27% V/V e o etanol hidratado é utilizado na frota flex, que representa mais de 83% da frota total.

Alberto Machado fechou a reunião apresentando as principais ações da ABIMAQ na área:

- » Estimular a entrada de veículos à hidrogênio no mercado consumidor em concorrência com os combustíveis fósseis por meio de incentivos fiscais e ou creditícios.
- » Incluir obrigatoriamente o Hidrogênio Verde ou Azul nos novos projetos de refino no Brasil.
- » Catalisar o processo de implantação por meio da contratação direta de projetos de hidrogê-

Precisamos surfar na onda do hidrogênio, mas desenvolvendo toda a cadeia aqui, fabricando máquinas e equipamentos, desenvolvendo tecnologia e fornecendo mão de obra especializada

» **Marcelo Veneroso,**
Diretor Coordenador do Conselho de Hidrogênio



nio pelo governo.

- » Incentivos tributários/creditícios por período pré-determinado para investimentos na geração de Hidrogênio para utilização em energia.

Com isso, a produção do hidrogênio verde nacional pode ser capaz de reduzir a dependência de importações de combustíveis. Para Alberto Machado, o que será criado é o hidrogênio “verde e amarelo” e, toda a Cadeia de Valor, só fará sentido se trabalhar integrada. “A ideia é gerar mercado. O casamento de oferta e demanda tem que acontecer desde o início e atuar para que haja uma garantia de fornecimento”, completa.

A ABIMAQ é a primeira entidade a criar um conselho sobre o tema e a ideia é desenvolver estudos relacionados ao desenvolvimento da Cadeia de Valor do Hidrogênio Verde, como fonte de energia renovável e matéria-prima para outras aplicações, com foco na inserção do setor de máquinas e equipamentos.

O Conselho vai promover a participação das Câmaras setoriais e grupos de trabalho da Associação que tenham afinidade de propósitos e participar das reuniões plenárias e outros grupos de trabalho na missão de desenvolver e fortalecer a indústria e buscar e formalizar parcerias estratégicas. ■

ABIMAQ EM AÇÃO

ABIMAQ participa do Programa Nacional do Hidrogênio

O Conselho de Hidrogênio participou de reunião com o Ministério de Minas e Energia para definição das diretrizes do Programa Nacional de Hidrogênio

A Resolução no 6/2021, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, determinou ao Ministério de Minas e Energia que, em cooperação com os Ministérios da Ciência, Tecnologia de Inovações e Desenvolvimento Regional e com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, elabore proposta de diretrizes para o Programa Nacional do Hidrogênio, que devem observar: o desenvolvimento do mercado de hidrogênio no Brasil e a inserção internacional do País em bases competitivas; o hidrogênio como um dos temas prioritários para investimentos em PD&I; a importância do hidrogênio como vetor energético de baixo carbono; o interesse na cooperação internacional; a diversidade de fontes energéticas disponíveis no País para a produção de hidrogênio; a diversidade de aplicações do hidrogênio na economia; o potencial de demanda interna e para exportação de hidrogênio e a liderança do Brasil no tema "Transição Energética" no "Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia".

A execução dos trabalhos inclui reuniões com empresas e entidades de classe, tendo a primeira delas ocorrido no dia 05 de julho, quando a ABIMAQ foi representada por Marcelo Veneroso - Coordenador do recém-criado Conselho de Mercado de Hidrogênio e Alberto Machado - Diretor Executivo.

O evento foi coordenado pelo MME, representado por Carlos Alexandre Príncipe - Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético e Agnes Maria da Costa - Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios. Participou ainda o presidente da EPE - Thiago Barral e demais representantes dos ministérios envolvidos, que apresentaram detalhes do Programa que está estruturado em seis eixos que incluem: desenvolvimento de tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, planejamento energético, arcabouço legal e regulatório, crescimento de mercado e competitividade e colaboração internacional.

Em sua participação pela ABIMAQ, Marcelo Veneroso destacou a importância do Plano e a necessidade da inclusão de toda a cadeia de valor, envolvendo tecnologia, engenharia, fabricação de máquinas e equipamentos, como oportunidade para o desenvolvimento da economia nacional.

Alberto Machado acrescentou que a inclusão da cadeia de valor é fundamental para que, no mercado do hidrogênio, o Brasil não se torne apenas exportador de mais uma commodity de baixo valor agregado e sim atue como importante ator no fornecimento de tecnologia e de bens e serviços para os mercados nacional e internacional. ■



Maurilio Biagi e a história da energia limpa no Brasil

Em seis décadas de trabalho e 79 anos de vida, o empresário ribeirãopretano Maurilio Biagi Filho sempre foi extremamente ativo, tanto em suas empresas quanto nas causas mais nobres relativas à Economia, Agronegócios, Desenvolvimento Tecnológico e Social, dentre outros. Essa intensa atuação no mundo empresarial transformou Maurílio em um homem influente, ocupado e também um visionário, responsável por grandes avanços para a sociedade brasileira. Sua trajetória profissional encanta e motiva. Ele sempre observa que nunca fez nada sozinho, sempre teve a seu lado pessoas mais bem preparadas que ele.



Descendente de família de imigrantes italianos, que batalhou em busca de seus sonhos no Brasil, Maurílio herdou de seu pai Maurílio Biagi a visão empreendedora e a paixão pelo trabalho. Iniciou sua carreira em 1956, como estagiário na Usina Santa Elisa, passando por todos os cargos até a posição de presidente, a partir de 1979. Durante seu tempo na empresa (1956-2002), a Santa Elisa cresceu significativamente, saltando de uma moagem de 118.149 toneladas de cana por safra para o recorde de 7.011.577 toneladas de cana por safra quando, em 1998, atingiu a primeira posição no ranking setorial, ocasião em que foi criada a Cia Energética Santa Elisa, com participação de 15% do Bradesco, fazendo uma fusão com a usina São Geraldo, que marcou o início do período de fusões no segmento.

Maurílio também foi executivo de destaque em importantes empresas da família à época, como Refrescos Ipiranga (Coca-Cola - com fábricas em Ribeirão Preto, Uberlândia e Sorocaba), Cervejaria Kaiser, A.K.Z. Turbinas, Sermatec e Renk Redutores, fabricante de equipamentos industriais pesados. Assumiu as empresas de bens de capital em meados da década de 1980 com o desafio de recuperar a Zanini Equipamentos Pesados e suas associadas, que passavam por dificuldades. Encarou isso como uma missão, que culminou com a fusão da Dedini com a Zanini, criando a DZ, da qual foi conselheiro e vice-presidente. Três anos depois, teve o feeling de promover sua cisão. Importante ressaltar que nas décadas de 1970 e 1980 a Zanini, hoje Zanini-Renk, fez mais de 20 joint ventures com diferentes empresas estrangeiras, trazendo novas tecnologias e tropicalizando-as.

Foi conselheiro da Solorico, introdutora do adubo granulado no Brasil, empresa na qual sua família era acionista majoritária, quando consoli-

dada foi vendida para o acionista Lair Antonio de Souza. Posteriormente contribuiu na consolidação da Citrorico, plantio de laranjas, e Sucorico, produção de sucos, empresas depois vendidas para a Cutrale. Outro pioneirismo que teve participação de Maurílio foi na inseminação artificial de gado, com a Lagoa da Serra. Mas no agronegócio, além de pastagens, laranja e reflorestamento, a principal atividade sempre foi cana-de-açúcar. Nesse segmento, foi presidente, diretor acionista de mais de uma dezena de usinas.

Em 1981, foi eleito o empresário do Ano pela Fiesp. Em 1994, a mesma entidade concedeu a ele o Prêmio Top de Agrobusiness e em 2021 a comenda de Ordem do Mérito Industrial São Paulo. Em 2003, a Brazilian-American Chamber of Commerce outorgou ao empresário o prêmio de Personalidade do ano, entregue em solenidade em Nova Iorque. Também foi agraciado com a comenda da Ordem do Mérito Anhanguera do Governo do Estado de Goiás em 2017 e a Medalha Mérito de Rio Branco, do Itamaraty.

Entusiasta e apoiador da Agrishow desde a primeira edição do evento, Biagi ocupou a presidência da Feira em 2011, 2012 e 2013, período de grandes inovações, como a criação do Prêmio Brasil Agrocência e a assinatura da concessão, por parte do governo paulista, da área onde é realizada a Agrishow por 30 anos. Segundo Maurílio, passou a presidência para o seu amigo e grande empresário Francisco Maturro, que incrementou a gestão da Agrishow. Biagi foi então nomeado presidente de honra da feira.

Maurílio contribuiu com sua experiência para elaboração de políticas públicas de investimentos em energia através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, o CDES. Como conselheiro atuou e ainda

atua em importantes instituições: na Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), na AMCHAM (Câmara Americana de Comércio), na UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) nos conselhos do COSAG e COSEMA, Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Comitê de Agroenergia e de Biocombustíveis da Sociedade Rural Brasileira, Conselho de Energia da Confederação Nacional da Indústria, quando ainda no Rio de Janeiro, entre outros. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração da holding familiar Maubisa, que opera no segmento imobiliário, agrogócios e de investimentos em variados setores da economia.

Maurílio defende e não abre mão de um legado: o etanol como fonte energética renovável e limpa. Na década de 1970 junto do pai e de um grupo de empresários, como “mascote”, foi uma das pessoas que entregou ao Presidente Ernesto Geisel o trabalho da “Fotossíntese como Fonte Energética”, que deu origem ao Proálcool, fundamental na implantação do programa que colocou o Brasil na liderança da produção de biocombustíveis.

Na entrevista, Biagi nos conta sobre o projeto e sua participação no Conselho de Hidrogênio como alternativa energética limpa criado pela ABIMAQ.

O que é o Hidrogênio Verde?

O hidrogênio é extremamente abundante do universo. Mas na Terra, só existe em combinação com outros elementos químicos. Está na água, junto ao oxigênio, e se combina com o carbono para formar hidrocarbonetos, como gás, carvão e petróleo. Portanto, o hidrogênio precisa ser separado de outras moléculas para ser usado como combustível. Até agora, os hidrocarbonetos eram usados para gerar essa energia, continuando a poluir o meio ambiente com CO₂. Há alguns anos, o hidrogênio começou a ser produzido a partir de energias renováveis, como solar e eólica, por meio de um processo chamado eletrólise da água. O resultado é o chamado hidrogênio verde, que é 100% sustentável.

Como ele pode ser útil para a indústria de máquinas e equipamentos e ao mesmo tempo, bom para o meio ambiente?

O hidrogênio verde tem zero emissão de poluentes, o que é espetacular, e pode melhorar sig-

Sou um entusiasta dos Conselhos. É da troca de experiências e conhecimentos que conseguimos inovar e crescer. A criação do Conselho de Hidrogênio é um marco no setor energético e fundamental para o desenvolvimento do setor no Brasil.

nificativamente a segurança e eficiência energética das indústrias de máquinas. Assim como o etanol, que grosseiramente podemos chamar de hidrogênio líquido ou “hidrogênio de balde”, revolucionou a tecnologia da indústria de máquinas e equipamentos nas décadas de 1970 e 1980, o hidrogênio verde será responsável por um grande salto tecnológico no setor de agora para frente. Estamos caminhando para a era do hidrogênio.

O que significou à época, o Proálcool, um grande alavancador para as indústrias de produção de equipamentos?

O Proálcool colocou o Brasil na liderança da produção de biocombustíveis. Ele começou de um movimento que surgiu em 1973, através da Associgás – a Associação das Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, que, na época, tinha o Dr. Lamartine Navarro como vice-presidente. Dr. Lamartine, engenheiro, não era produtor, mas sempre foi um militante na defesa do “combustível verde e amarelo”. Assim, a pedido do governo à época liderou um estudo sobre a utilização de fontes não convencionais de energia. A Associgás se transformou no fórum de debates sobre a crise do petróleo, e contava com a colaboração de vários profissionais, entre eles Maurílio Biagi – meu pai, a quem acompanhamos de perto. A conclusão do grupo resultou no documento intitulado “Fotossíntese como fonte de energia”, entregue ao Presidente Geisel em março de 1974, que se tornaria a semente do Proálcool. Participei, desde o início, da construção desse programa. Fizemos uma verdadeira cruzada pelo Brasil

para mostrar suas vantagens. Inclusive fui convidado para participar da primeira Conferência Internacional de Energia Agrícola e Meio Ambiente (CI-MA) em Paris, no ano de 1991, representando o Ministro Ozires Silva, e ao falar do programa ouvi um burburinho na plateia. Achei estranho e não entendi muito bem a motivação. Depois vim a saber que o buchicho foi de uma militante ambientalista, que se insurgiu questionando o motivo pelo qual o governo francês nunca havia abordado ou dado conhecimento na França sobre esse programa, que há época e até hoje é o maior de energia limpa, renovável e de biomassa do mundo. Além da questão ambiental, o Proálcool foi responsável por avançar o setor de produção de equipamentos, promovendo uma verdadeira revolução tecnológica e melhorando os índices de desenvolvimento urbano de várias cidades onde usinas foram instaladas.

Quais são suas expectativas para esta energia alternativa de futuro?

As melhores possíveis. Ela é a energia do futuro. Não tem volta. Segundo o estudo Scaling-up do Hydrogen Council, publicado em 2017, para que o mundo alcance as metas da COP 21, em 2050, o hidrogênio representará 18% de toda a energia consumida mundialmente.

Sabemos que na Usina Santa Elisa, o senhor trabalhava com açúcar e álcool. É possível elencar sua expectativa para a produção do Hidrogênio Verde extraído do Etanol?

Uma expectativa excelente. Isso só reforça o grande potencial do etanol e confirma que ele é o grande diferencial do Brasil. Não sou especialista, mas acompanho muito o setor e as pesquisas sobre a extração de hidrogênio a partir do etanol estão em estágio bem evoluído e serão realidade em breve. Recentemente li uma reportagem em que fontes do Laboratório de Hidrogênio da Unicamp/Fapesp indicaram que o uso do hidrogênio em células a combustível é bem mais eficiente, já que apenas 38 litros de etanol produzem hidrogênio suficiente para abastecer um carro elétrico com célula a combustível, garantindo-lhe uma autonomia de 750 quilômetros. Inclusive uma empresa, nascida deste laboratório, criou o ‘reformador de etanol’ para produção de hidrogênio em larga escala, voltada a carros elétricos em postos de combustíveis, diretamente onde se dá o consumo.

Qual a importância do Conselho de Hidrogênio para o Brasil de hoje?

Sempre acreditei que ninguém faz nada sozinho. Eu nunca fiz. Procurei durante a minha trajetória me cercar de pessoas que sabiam mais do eu e ter bons conselheiros para que eu pudesse evoluir sempre. Portanto sou um entusiasta dos Conselhos. É da troca de experiências e conhecimentos que conseguimos inovar e crescer. A criação do Conselho de Hidrogênio é um marco no setor energético e fundamental para o desenvolvimento do setor no Brasil.

Na apresentação do Conselho o senhor disse que era uma reunião de futuro e, onde seu pai estivesse, estaria feliz! O que diria a ele hoje?

Valeu a pena o esforço que nós fizemos e chegamos muito longe do que imaginávamos. Ainda criança, não me dei conta de que aquele carro movido a gásogênio que utilizamos para o transporte da família, já era um protótipo do carro do futuro (risos). ■



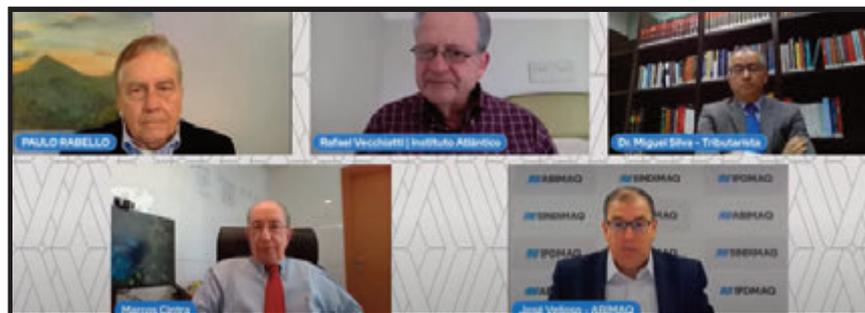
ABIMAQ EM AÇÃO

Reforma tributária: as propostas do governo e a visão do Atlântico

No encontro online, as lideranças tiveram a oportunidade de discutir as melhores opções para o país

“O Brasil vive há anos uma situação econômica grave e insustentável. No cerne do problema está o nosso caótico sistema tributário, que inibe o consumo, penaliza os investimentos e cria distorções nos preços relativos. Como consequência, empresas fecham e deixam o País, desaparecem os empregos e a sociedade empobrece. Entra governo e sai governo e nada muda. Desde 1988 falamos em reformar o Estado, mas nossos representantes tem sido incapazes de fazê-lo. Uma reforma tributária verdadeira é apenas uma das nossas prementes necessidades”, assim Rafael Vecchiatti, presidente do Instituto Atlântico abriu o webinar realizado em parceria com a ABIMAQ especialistas da área para debater a importância de se criar uma reforma que auxilie o crescimento do país.

“O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Atualmente são 92 tributos vigentes, o que cria uma grande complexidade e muita burocracia. Essa situação impede a indústria brasileira de desenvolver todo o seu potencial. A Reforma Tributária é uma das principais formas de



tornar o país mais produtivo, confiável e seguro, atraindo assim investimentos internos e externos”.

Rafael Vecchiatti discorreu sobre o tema e expôs que na visão do Atlântico, uma verdadeira Reforma Tributária dever ter três objetivos primordiais:

- » Simplificar o sistema reduzindo o número de tributos e a burocracia;
- » Desonerar o contribuinte reduzindo a carga tributária no tempo;
- » Aumentar a competitividade dos produtos e serviços brasileiros.

José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, defende um imposto sobre o valor agregado único e enfati-

zou a visão da entidade. “Defendemos um imposto sobre o valor agregado único que agregue ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins. Entendemos que o projeto entregue pelo Ministério da Economia, que prevê a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com a união de PIS e Cofins, não é bom porque não simplifica por completo, não desonera investimentos, não desonera as exportações, mantém o contencioso tributário com as reclamações judiciais, além disso aumenta a carga tributária”.

Marcos Cintra, Professor-titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP/FGV, observou que o sistema tributário é um sistema de vasos comunicantes,

que se compõe de vários tributos e todos eles com intercalações extremamente importantes e significativas na busca da eficiência econômica, e ressaltou ainda que é um dos elementos fundamentais no desenvolvimento econômico, no crescimento e na justiça “Repito a frase de Lewis Carroll - ‘quando não se sabe para onde quer ir, qualquer caminho serve’. Nós não temos uma visão de conjunto, sistêmica e há 40 anos só se discute tributação sobre consumo”.

Com relação ao sistema tributário, Miguel Silva, Advogado Tributário, explicou que são elementos organizados e não se pode olhar apenas o elemento imposto de renda e reformá-lo. Falar em reforma de sistema tributário começando pelo IR também é errado, porque a prioridade de reforma no sistema tributário nacional não é a tributação sobre a renda, é sobre o consumo.

“Temos dois cânceres no campo da tributação que precisam urgentemente serem reformados que são: ICMS com 27 regulamentos e o ISS, com mais de cinco mil regulamentos. O problema do Brasil em nível de sistema tributário está no ICMS e no ISS, não no imposto de renda”, finalizou.

Paulo Rabello de Castro – Economista brasileiro, confessou ter pouca expectativa sobre o texto substitutivo e que ainda há evidência clara de que politicamente pode estar seriamente comprometido. “Estaremos errando como país enquanto não apresentarmos uma proposta que seja sistemicamente equilibrada”, finalizou. ■

PEC nº32/2020 – ABIMAQ analisa a proposta de Reforma Administrativa

Debate online contou com a presença de José Velloso – Presidente Executivo da ABIMAQ, Caio Mario Paes de Andrade – Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Leonardo Sultani – Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Hiroyuki Sato – Diretor Jurídico e Cristina Zanella – Diretora de Economia e Estatística, ambos da ABIMAQ.

Com a ideia de dar início à ampla Reforma Administrativa, a PEC nº32/2020 (Proposta de Emenda Constitucional), tem como objetivo modernizar a estrutura do funcionalismo público brasileiro, eliminando distorções em forma de vantagens indevidas, estimular a meritocracia, melhorar a prestação do serviço pública para a sociedade e reduzir custos. Entre as mudanças, a PEC prevê o fim do regime jurídico único – que dará lugar à cinco possibilidades distintas de contratação, em que a estabilidade somente será dada após o vínculo de experiência e para cargos e funções típicas de Estado. Prevê vedações constitucionais de vantagens extraordinárias como férias de mais de 30 dias, aposentadoria compulsória como punição, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço, além de outras.



Caio Mario trata como nova administração pública, pois para ele não é somente uma reforma do serviço público, mas fazer com que o Estado possa cumprir a sua verdadeira função de criar uma sociedade justa e próspera através da recuperação da capacidade de investir em educação, saúde, segurança e desenvolvimento econômico e social. “Hoje, o serviço público é um emaranhado de leis e regras que engessam demais a gestão pública, além de consumir praticamente a totalidade dos tributos recolhidos”, destaca.

Segundo ele, “a sociedade precisa mobilizar-se e utilizar o seu poder para convencer seus congress-

istas a aprovarem o projeto de reforma administrativa porque a atual situação é insustentável”.

De acordo com Velloso, a ABIMAQ possui em sua base, a frente parlamentar da indústria de máquinas com mais de 240 parlamentares (senado e câmara), e acompanha também a frente parlamentar do agro e apoia o Brasil Competitivo, o que torna intenso o contato com o congresso. “Podem contar conosco, vamos trabalhar nisso porque consideramos a reforma administrativa de extrema importância”, enfatiza.

Leonardo Sultani apresentou o gráfico que avalia o crescimento dos últimos doze anos da despesa com folha de pagamento do pessoal ativo civil, que mostra a ampliação de aproximadamente 145%, uma folha de pagamento de 44,8 criada em 2008, passou de para 109,8 bilhões em 2020.

Para Hiroyuki Sato, sem a modernização do serviço público, de nada adiantará a reforma tributária que visa não só a simplificação do atual sistema, mas a redução da pesada carga que compromete a competitividade das empresas e dos produtos brasileiros. “É preciso reduzir o custo da máquina pública para que a modernização do sistema tributário alcance seus objetivos, enfatiza Sato. ■

ABIMAQ EM AÇÃO

Prêmio de uma década

Alberto Machado Neto, Diretor-executivo da ABIMAQ, foi contemplado com o prêmio que o honrou como um dos 100 influentes da energia da década



A premiação aconteceu no dia 30 de junho, presencialmente no Hotel Renaissance, em São Paulo, seguindo um rigoroso protocolo de prevenção devido à pandemia do novo Coronavírus, e também houve a participação por web conferência. A transmissão do evento foi feita ao público pelas redes sociais do Grupo Mídia.

“Ao sermos incluídos em um seleto grupo considerado como um dos “100 mais influentes em energia da década”, externamos as ideias e os princípios que defendemos e nossa responsabilidade aumenta. Fato que se torna mais relevante nos cenários de incertezas que ora vivemos, que é quando ocorre maior demanda de aconselhamentos e opiniões”, destaca Alberto.

Conhecido como o Oscar da Energia, este ano a celebração foi diferente, pois não foi dividida por categorias, e como de costume, não há ranking entre os homenageados.

A eleição foi por meio de votação aberta através do site Full Energy, seguida por uma análise de mercado que resultou na eleição dos escolhidos.

Alberto agradece - “Esse prêmio significa um reconhecimento que nos anima a prosseguir e, quem sabe, continuar influente na próxima década se assim Deus permitir”.



Conselho de Energia Eólica da ABIMAQ explica como ser um autoprodutor e minimizar os custos

Encontro contou com a participação de Roberto Veiga – Coordenador do Gt-Energia solar Fotovoltaica da ABIMAQ, Sandra Donegatti – Gerente Executiva da ABIMAQ e José Amorim e Gustavo Pintor – Especialistas da Pontoon Clean Tech.

“Na ABIMAQ nos preocupamos muito com a geração de energia de fonte renovável. Começamos a atuar neste campo com a energia eólica em 2011 e temos um Conselho onde participam todos os fabricantes de turbinas eólicas que estão instaladas aqui no Brasil, e há quatro anos iniciamos um GT- Energia Solar Fotovoltaica a fim de divulgar e incentivar esse mercado do Brasil”, relatou Roberto Veiga 1 em abertura ao webinar realizado em 08 de julho.

Segundo José Amorim 2, o mercado de energia brasileiro é um ambiente competitivo de negociação de energia elétrica onde os participantes podem negociar livremente todas as condições comerciais. Nisto estão contemplados consumidores com demanda contratada de 500 kW ou mais com possibilidade de compra de energia diretamente dos geradores para melhor atender às expectativas de custo e benefício do consumidor: preço, prazo, volume, fonte.

“Estamos falando de atuação no mercado livre, que tem quase 22 anos de idade, mercado próximo a 30% do consumo nacional e abrindo uma nova vertente de negócios não só a contratação da energia diretamente de quem gera ou comercializa, mas há a possibilidade de participar da geração dessa energia e consequentemente usufruir de um custo muito mais competitivo do que os demais que contratam diretamente via mercado”, explicou Jose Amorim.

VANTAGENS DE SER UM AUTOPRODUTOR. Propriedades dos ativos – o con-

sumidor (por meio de sua empresa), detém diretamente os ativos de geração (sociedade ou consórcio).

Isenção dos encargos setoriais – Tanto no APE (Auto Produção - regime no qual o consumidor deve possuir instalação própria de geração de energia elétrica para o auto suprimento de eletricidade) quanto o PIE (Produção Independente - regime destinado à Pessoa Jurídica, ou empresas reunidas em consórcio, que recebe concessão ou autorização do Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco) estão isentos de alguns encargos setoriais e proporcionalmente ao consumo fornecido pela geração própria.

De um tempo para cá, a autoprodução cresceu muito, e o principal fator desse crescimento é o excesso de encargos na aquisição de energia. A autoprodução reduz esses encargos passando-se a ter o acesso ao custo efetivo da energia.

“Além de toda essa questão de sustentabilidade, tem o tamanho da usina que você quer participar, pelo montante e padrão do seu consumo. E também a forma de reproduzir que pode ser remota – você é sócio de uma usina e você recebe essa produção através da rede. A principal diferença é o tratamento tributário, e o custo de uso da rede,” explica Amorim.

Os encargos setoriais na estrutura tarifária são de menores no mercado livre de energia do que no mercado regulado, enquanto que para o autoprodutor esses encargos são praticamente zerados. ■

"Brasil deve acelerar ritmo de crescimento em 2023"

Com essa perspectiva otimista, José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, conduziu em 7 de julho a reunião online com a Equipe da XP Investimentos

“Minha percepção é que em 2021 o Brasil deve crescer 5%. Em 2022 2% e em 2023 experimentar um crescimento saudável. 2021 é uma fotografia pálida do que vai acontecer em 2023, com índices de crescimento para o setor de máquinas e equipamentos na casa dos 2 dígitos”. Essa postura otimista foi exposta para Caio Megale - Economista-Chefe, Guilherme Brasil - Área de Macro Sales, Victor Scalet - Macro Strategist e Rodolfo Margato – Economista da XP Investimentos.

O retrato atual do Brasil, segundo Velloso, retrata uma carência em infraestrutura. “Acredito, por essa razão, no aumento da taxa de investimento em infraestrutura, o que deve gerar, por consequência, um grande crescimento na demanda de máquinas e equipamentos, voltando ao desempenho de 2014”.

O raciocínio recupera, de acordo com Velloso, o que o setor cresceu no período de 2010 a 2013 e um pouco mais. Ele explica: “No período de 2010 a 2014 crescemos 40% e de 2015 a 2019 caímos 40%. Agora acreditamos nessa recuperação, uma vez que nos últimos 2 anos já recuperamos 20% e nos próximos 2 anos tudo indica que cresceremos mais 20%”.

Participaram pela ABIMAQ ainda a diretora de competitividade, economia e Estatística, Cristina Zanella e o diretor jurídico, Hiroyuki Sato. ■

ABIMAQ EM AÇÃO

ABIMAQ participa de audiência pública na Câmara dos deputados sobre redução das tarifas de importação de máquinas

Com o objetivo de discutir as medidas de liberalização no comércio exterior e reduções unilaterais do imposto de importação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados realizou, no dia 14 de julho, audiência pública para debater, entre outras medidas, a Resolução GECEX nº 173 que estabeleceu a redução em 10% das tarifas de importação de máquinas e equipamentos classificados como bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT).

Motivada pela preocupação com a desindustrialização no País, que tende a ser intensificada pela política comercial implementada pelo Governo Federal, a audiência pública foi convocada a pedido do deputado federal Zé Neto (PT-BA). Para apresentarem a visão da indústria nacional sobre o tema, a audiência contou com a participação do presidente-executivo da ABIMAQ, José Velloso, do Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emílio Padovani Gonçalves e do assessor de Comércio Exterior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Mário Branco. Foram convidados também o professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Uallace Moreira Lima e o Subsecretário de Estratégia Comercial da Secretaria Executiva da CAMEX, Fernando Coppe Alcaraz, que representou o Ministério da Economia.

Ao expor sua apreensão com as medidas de abertura comercial, o deputado federal Zé Neto (PT-BA) reiterou que a audiência pública se fazia necessária diante da gravidade das decisões tomadas pelo Governo Federal pela edição de normativas, como a de redução de Imposto de Importação para Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), em um momento extremamente delicado para a economia brasileira. Segundo o parlamentar, essas medidas podem ter como efeitos negativos a perda do patrimônio tecnológico e do parque industrial brasileiro. “O governo federal tem adotado medidas para ampliar importações, sem negociar contrapartidas para promover o acesso a mercados para as exportações brasileiras. Ou seja, vamos ter mais importações, colocando em risco a sobrevivência da indústria brasileira e os empregos dos trabalhadores, além de comprometer a balança comercial e nossa soberania”, afirmou o deputado.

Em sua fala, o Prof.º Uallace Moreira Lima (UFBA) destacou que a economia mundial após a pandemia é marcada por algumas tendências, como a concentração de setores estratégicos das cadeias produtivas. Segundo o acadêmico, o Brasil, com a Resolução GECEX nº 173/21 e com a Medida Provisória nº. 1.040/21, está na contramão de muitos países que, diante deste cenário, adotaram a estratégia de fortalecimento de seu mercado interno. Ele afirmou ainda que a adesão ao Acordo de Compras Públicas da Organização Mundial do Comércio (OMC) afasta a possibilidade de utilização das compras governamentais como instrumento de es-



“Já existe um grau de abertura muito grande no setor de bens de capital e o governo não precisaria ter reduzido as alíquotas”.

» José Velloso ,
presidente Executivo da ABIMAQ

tímulo à curva de aprendizado tecnológico do Brasil. “A adesão a uma lógica de abrir nossas compras públicas para empresas do exterior, nos equiparando com países desenvolvidos que têm estruturas produtivas mais maduras é muito arriscado”, enfatizou o professor.

O presidente Executivo da ABIMAQ, José Velloso, reforçou a importância estratégica do setor de bens de capital para os demais setores da indústria de transformação, destacando, entre outros indicadores, que o setor responde por 24% das exportações do país e por 21% do consumo de insumos. Ele destacou que o setor de bens de capital é um dos mais abertos do que os demais setores da indústria nacional e que conta com uma proteção efetiva negativa em função da atual distorção da lógica de escalada tarifária. Em relação aos ganhos econômicos, José Velloso destacou que a abertura comercial não levará ao aumento do PIB, como propalado pelo Governo Federal, e tem como efeito colateral o aumento da desindustrialização. Velloso ressaltou que esse processo de liberalização é uma política pública equivocada, pois se compararmos o mercado internacional a medida coloca em risco a cadeia produtiva do Brasil. “Já existe um grau de abertura muito grande no setor de bens de capital e o governo não precisaria ter reduzido as alíquotas”.

Velloso afirmou ainda que, em março passado, o ministro Paulo Guedes afirmou que a redução da alíquota geraria diminuição de 20% do Custo Brasil, mas isso não condiz com a realidade já que o Custo Brasil subiu e a inflação já está em 9,22% pelo INPC. “O governo deveria voltar atrás nessa decisão”, afirmou Velloso.

Velloso finalizou sua fala afirmando que a

medida anunciada não abrange horizontalmente insumos e bens finais e coloca o setor de máquinas e equipamentos em uma posição de maior vulnerabilidade em comparação aos demais setores da indústria de transformação, contribuindo, assim, para uma desindustrialização do mercado nacional.

João Emílio Padovani Gonçalves, superintendente de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que haja uma abertura comercial por meio de acordos comerciais que efetivamente sejam capazes de abrir mercados para a indústria brasileira. Ele sustenta que a discussão sobre liberalização comercial não se restringe à discussão de tarifas e que esta deve também incluir o tema competitividade do comércio exterior. Em sua fala, João Emílio destaca que não existe nexos causal entre as medidas adotadas e o resultado pretendido de aumento dos investimentos, da produtividade e promoveria a modernização industrial. “É falsa a afirmação de que a teoria econômica tem um consenso sobre a relação entre abertura comercial e crescimento econômico. Em minha experiência, tenho visto mais evidências que rejeitam do que evidências que confirmam essa causalidade direta”, sustentou o economista.

Representando o Ministério da Economia, Fernando Coppe Alcaraz aduziu os já conhecidos argumentos sobre a suposta correlação entre abertura comercial e aumento da competitividade, apresentando as alíquotas incidentes sobre os BK e BITs como um dos elementos do “Custo Brasil”. Ele afirmou que os estudos apresentados ao Governo Federal pelas entidades representativas do setor privado, como a ABIMAQ, foram considerados na tomada de decisão. Prova disso, segundo ele, é a proposta de redução tarifária em 10% das alíquotas vigentes, menos ambiciosa do que a estratégia inicialmente pretendida pelo Ministério da Economia.

Em resposta às colocações do Ministério da Economia, o professor Uallace Moreira Lima reforçou a importância dos setores de bens de capital e bens de informática e telecomunicação como promotores da inovação e desenvolvimento tecnológico no país. Fazendo referência ao exemplo da Coreia do Sul, trazido pelo Subsecretário Fernando Coppe Alcaraz, o acadêmico esclareceu que o país asiático lançou as bases de seu desenvolvimento econômico a proteção de empresas nacionais de setores estratégicos. Ele acrescentou que abrir economia de forma abrupta e indiscriminada é um erro e requer um grau de maturidade por parte da economia brasileira.

Por parte da ABIMAQ, José Velloso também refutou os argumentos do Ministério da Economia ao mencionar o processo de desindustrialização no país, que passou de 20% do PIB para 11%. Ele reiterou que o próprio Ministro Paulo Guedes reconhece que a tarifa efetiva dos bens de capital é negativa e que a medida de redução em 10% das alíquotas de imposto de importação contrariam as reiteradas promessas do Governo de que não alterariam as tarifas para estes bens de forma isolada. ■

» SAIBA MAIS

A audiência pública pode ser assistida integralmente pelo seguinte link no Youtube:
<https://youtu.be/fkvmV9MljUw?list=TLGGFLI5ksSg2RsWmJA4MjAyMQ>

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

SINDESAM apresenta impacto dos investimentos na cadeia de fornecedores

Evento presidido por Estela Testa, presidente do Sindesam contou com a participação de 40 empresas e do BNDES

Com o principal objetivo de fornecer subsídios aos associados do SINDESAM para planejarem seus investimentos e estarem preparados para os fornecimentos que virão graças às metas de universalização do Marco do saneamento (Lei 14.026, de 15/07/2020), foi realizada reunião com associados e representantes do BNDES, Flávio Mota, Sabrina Martinez e Pedro Dias, do Departamento de Indústrias de Base e Extrativa, que falaram sobre o Impacto dos investimentos em Saneamento sobre a cadeia de fornecedores, tema apresentado na 4ª Semana BNDES de Saneamento.

A apresentação mostrou inicialmente o déficit de atendimento do saneamento no Brasil, indicando que os déficits são maiores onde menor é o desenvolvimento socioeconômico, mostrando que metade da população não tem acesso à rede de esgoto e apenas metade do que é recolhido pelas concessionárias é tratado e que 16% não tem acesso à rede de água e que há 40% de perda na distribuição de água.

Com um total de R\$ 38 bilhões de investimentos nas 5 estruturas que são: Estado do Amapá-AP, Maceió-AL (16 municípios), AL RM-Maceió (13 municípios), PPP Cariacica-ES (1 município), CEDAE-RJ (35 municípios divididos em 4 blocos) e Porto Alegre-RS (1 município), a apresentação fez um mapeamento com levantamento de dados de demanda e expondo os projetos estruturados via BNDES.

De acordo com Flávio, a ideia é que o estudo completo com o mapeamento da capacidade de cadeia de valor seja publicado até o final do ano e assim melhorar o nível dos serviços prestados de água e esgoto para a maior parte da população brasileira. “Como estruturador de alguns projetos de licitação, o Banco buscou analisar o impacto desses investimentos sobre a cadeia de fornecedores pois, a partir do momento que o Marco do Saneamento estabelece metas, as concessionárias têm a liberdade de optar pelas soluções e tecnologias que mais lhes atendem”, informou.

Conforme o mapeamento da demanda de bens industriais, o valor total demandado será de R\$ 11 bilhões que serão distribuídos em: R\$ 3,8 bilhões em tubulação, R\$ 2,8 bilhões em Produtos Químicos e 4,5 bilhões em Equipamentos.

SANEAMENTO NO BRASIL - MARCO LEGAL E PERSPECTIVAS DE NOVOS INVESTIMENTOS

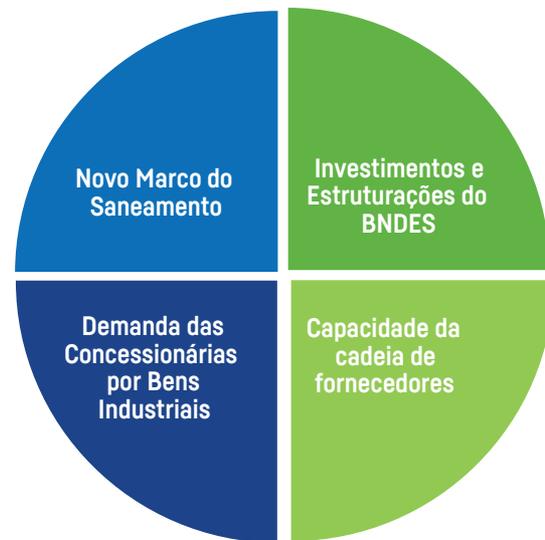
» A reforma do **marco legal do saneamento** (Lei 14.026/2020, de 15/7/2020) estabelece, dentre outros, **metas de cumprimento até 2033** que devem incentivar o aumento de investimento no setor de saneamento e impactar a cadeia de fornecedores



» Até 2033:
• 99% água
• 90% esgoto
• 25% perda
• Outros qualidade e eficiência



» Qual seria então a demanda por bens industriais?



» Investimentos até 2033:

• PLANSAB: R\$ 32 bilhões anuais
• ABCON: R\$ 50 bilhões anuais (inclui depreciação dos ativos)



» Qual é a capacidade de produção atual da cadeia de fornecedores?



Tubulação. Seguindo o projeto de tubulação, a distribuição anual da demanda é de R\$ 4 bilhões até 2057, sendo 85% até 2033 e 33 mil km até 2057 ou 85% até 2033, distância equivalente a 4,5 vezes o litoral brasileiro. Já a distribuição anual de água e esgoto, são R\$ 2,2 bi de investimento em tubos de água e 1.800 Km demandados, e R\$ 1,6 bi de investimento em tubos de esgoto de 20.500 km demandados.

As demandas de cada material foram divididas em até 500mm e acima de 500mm. De acordo com o BNDES, a metragem do plástico até 500mm é de 96%, quando o do metal é de 4%, e o valor, nesta mesma metragem é de 88% o plástico e de 12% metal. Acima de 500mm, a metragem inclui metal com 67%, concreto com 12% e plástico com 21%, enquanto o valor para estes mesmos é de 82% para metal, 2% para concreto e de 16% para Plástico.

Equipamentos. Para equipamentos, o valor total por itens de obra conta com um total de R\$ 4,5 bilhões e com o valor demandado para água de R\$ 3,3 bi e R\$ 1,3 bi para esgoto. Hidrômetros apresentam 74% do valor. De acordo com o projeto, são 107 milhões de unidades demandadas, sendo 99,9% de hidrômetros, com referência maior em 2040.

Cenário de oferta. O Cenário de oferta no Brasil dos bens industriais mapea-

dos pelo BNDES, de acordo com suas estruturas, foram analisadas as capacidades e nível de produção dos principais segmentos demandados na Cadeia de Fornecedores para Saneamento, que são: Tubos PEAD e resina de Polietileno; Tubos Ferro Fundido; Tubos Concreto; Químicos para Tratamento; Tubos PVC e resina e cloro-soda.

As tubulações por tipo de tecnologia/material, apesar as aptidões distintas, os tipos concorrem em diversas aplicações da demanda anual adicional média (2022-2033), em 4 projetos do BNDES:

» **PVC** - produto utilizado em água e esgoto, dominante no mercado de tubos até 500mm, com previsão de implantação de 1.690 Km/ano e 6.514 t/ano.

» **PEAD** - uso crescente e potencial de substituir outros materiais em água e esgoto, com previsão de implantação de 113 km/ano e 628 t/ano.

» **Ferro Fundido** - uso predominante em tubos de água acima de 500mm, com previsão de implantação de 116 km/ano e 19.100 t/ano.

» **Por fim o concreto**, - utilizado em tubos de esgoto, principalmente a partir de 400mm, com previsão de implantação de 8 km/ano e 3.104 t/ano.

» **Ácido Fluorsilícico:** 4 empresas, dificuldade de fornecimento in-

dicada por consumidores com capacidade instalada de 39mil t/ano.

Os químicos para tratamento de água também são aplicados em: cloreto férrico, soda cáustica, ácido sulfúrico, hipoclorito de sódio, peróxido de hidrogênio, polímeros aniônicos e catiônicos, etc.

Bens de capital para saneamento. Considerando o grande número de fornecedores, foi realizada uma Pesquisa de Campo sobre o comportamento do setor de bens de capital para Saneamento e quais são as perspectivas para o futuro. Foram obtidas respostas de 84 empresas:

» Cerca de 95% das empresas entrevistadas disseram que têm ou tiveram relação com o setor de saneamento, e pouco mais de 6% das empresas tem até 30% de faturamento atrelado ao setor de Saneamento nos últimos anos.

» Sobre a capacidade produtiva atual da empresa, 78,8% das empresas indicaram não possuir gargalo para atender à perspectiva de vendas futuras, e 89% dos fabricantes possuem ao menos um equipamento credenciado no BNDES FINAME.

Estela Testa afirmou que os cálculos do SINDESAM, da ABIMAQ indicam mais de R\$ 8. bilhões de investimentos nos próximos 12 anos. ■



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

A ABIMAQ é constituída por 29 câmaras setoriais e seis grupos de trabalho. Acesse o link a seguir e conheça mais. » [Site: camaras.abimaq.org.br](http://Site:camaras.abimaq.org.br)

ABIMAQ realiza encontro Empresarial Regional

Três reuniões marcaram os encontros que contaram com as participações dos diretores regionais de Piracicaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, em 02/07 – Minas Gerais, Rio de Janeiro, Norte e Nordeste, em 05/07 – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em 15/07.

Situação da economia nacional, dados de importação e assuntos de financiamentos foram alguns dos temas das reuniões com as unidades da entidade, encontro trimestral que tem por objetivo promover a aproximação das associadas com a Diretoria da ABIMAQ e possibilitar debates sobre temas importantes e comuns ao setor de máquinas e equipamentos.

“É uma alegria mais um encontro com os regionais. É algo que temos feito várias vezes por ano, pois é muito importante levarmos não só para as Câmaras Setoriais, mas também para as sedes regionais os temas principais que temos tratado” – José Velloso – presidente executivo da ABIMAQ.

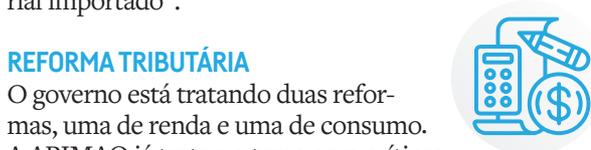
FINANCIAMENTOS E BNDES

Giselle Rezende – Gerente do Departamento de Financiamento da ABIMAQ falou sobre o credenciamento e reconhecimentos de máquinas e equipamentos no BNDES e também esclareceu dúvidas sobre o acesso. “A ABIMAQ atua como posto de informações do BNDES, temos um contato diário com eles e também temos elaborado um guia com todas as linhas de financiamentos, não só BNDES, mas de todos os bancos parceiros da ABIMAQ. Neste guia tem capital de giro, linhas para investimento e inovação”.



MERCADO BRASILEIRO DO AÇO

Marcos Perez – Superintendente de Mercado Interno da ABIMAQ apresentou o estudo mensal do aço e falou sobre a evolução do preço, que já aumentou quatro vezes devido à pandemia e afirmou ter feito a realização de consultas para o entendimento e melhor caminho para o associado quanto a questão de importação de insumos. “Recentemente ouvimos falar em queda de preços, mas não acreditamos que voltarão aos patamares históricos. Uma medida importante da ABIMAQ foi trazer fornecedores que pudessem dar alternativas de abastecimento do mercado com material importado”.



REFORMA TRIBUTÁRIA

O governo está tratando duas reformas, uma de renda e uma de consumo. A ABIMAQ já tratou o tema com críticas e vem reunindo alguns pontos que defendam a reforma tributária ampla – que substitua PIS-COFINS, IPI, ISS e ICMS por um IVA (Imposto sobre Valor Agregado). “Com relação ao IR muita coisa tem que ser revista, principalmente o Imposto de Renda sobre as empresas, se ele vai tributar em 20% a distribuição, deverá diminuir bastante o IR na empresa. Para mim isso não é reforma, porque não muda a complexidade, não diminui norma de impostos, ficamos com tudo do IR mais os dividendos, então não simplifica, deverá ter um planejamento tributário com o contador para pagar menos impostos”, relatou Velloso.

ESCASSEZ DA MÃO DE OBRA

A atual situação mundial e o avanço da tecnologia estão levando muitas empresas à chamada transformação industrial, e por isso, o Conselho de Administração da ABIMAQ está realizando um trabalho em parceria com CNI, e ainda buscar parceria com o SESI-SENAI, FATEC's e Escolas Técnicas com a ideia de aproximar o currículo das escolas e mapear o que está sendo formado de mão de obra no Brasil, entender a necessidade da empresa e fazer essa junção. Para a realização deste trabalho, está sendo feita uma pesquisa sobre qualificação de mão de obra para aperfeiçoamento dos currículos, e uma campanha de marketing, que tem por objetivo aproximar os jovens e mostrar que na indústria é o lugar onde mais se desenvolve a tecnologia e descobrir todas as ferramentas disponíveis principalmente na indústria de máquinas.



CRISE HÍDRICA

De acordo com Velloso, com o baixo nível dos reservatórios e o encarecimento da energia elétrica, muitas empresas estão investindo em coligação por meio de geração a diesel ou solar, isso para evitar o uso da energia em horários de pico – em São Paulo, entre 17h e 20h – e dependendo da operadora, o uso pode chegar a 10x mais que o normal neste momento. “Nossa matriz energética se diversificou muito, temos as térmicas, que são caras e poluentes, mas não tínhamos há 20 anos. Em nossa matriz temos aproximadamente 11% de eólica e 2% de solar, entre outras formas de geração de energia. A boa notícia é que não vai faltar energia no Brasil, pois temos a interligação das usinas, o que não tínhamos em 2001, por isso tivemos a crise hídrica na época, motivo também que foram criadas as PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que depois da crise, muitas foram construídas no país”, destaca Velloso. ■



» SAIBA MAIS

Para saber mais sobre os serviços oferecidos pela ABIMAQ para todos os associados, acesse: <http://associe.abimaq.org.br/materiais/manual/>

DEPOIMENTOS

Hernane Cauduro – vice-presidente regional do RS, acredita na necessidade de encerrar uma reforma tributária e elogia o encontro com as regionais. “A experiência de uma reunião entre as regionais é uma ideia muito boa, pois aproxima”.

Celso Tacla – diretor regional do Paraná, afirma ser uma iniciativa muito relevante trazer esse alinhamento. “Temos uma pauta com itens importantes e acredito que a ABIMAQ pode auxiliar seus associados. Espero que seja possível tirar proveito para que possamos superar os momentos difíceis”.

Para Marcelo Schlachter – Diretor regional de Santa Catarina, é fundamental ter acesso às informações e manifestou ainda que o associativismo é uma maneira de agregar valor na luta contra todos os obstáculos que possam ter.

Raul Sanson – Diretor regional do Rio de Janeiro, citou que a reunião ao vivo é boa para ouvir um ao outro e que é possível acompanhar as mudanças. “Ótima essa abertura, e o lado bom disso tudo é o aumento progressivo que temos tendo de associados.”

O vice-presidente regional Vale do Paraíba – **José Wilmar de Mello**, confessou estar esperançoso com o segundo semestre quanto à reação do setor de máquinas e equipamentos. “A produção está crescendo, os números estão aumentando e tudo indica que vai continuar crescendo”. Agradeceu pelo encontro e se pôs à disposição das empresas que estavam participando.

Diretor regional de Minas Gerais – **Alexandre Bernardes**, ressaltou sobre a importância da reunião em falar sobre as dificuldades em relação à cadeia de investimentos e sobre o contentamento que as empresas têm em relação aos assuntos tocados pela ABIMAQ.



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

Taxa de licenciamento ambiental: ABIMAQ se reúne com a presidente da CETESB

Em 07 de julho, José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, reuniu-se com a presidente Patrícia Iglécias, da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) para tomar conhecimento do procedimento que o órgão adotará após a reforma da sentença no Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela FIESP e CIESP, questionando os valores da taxa de licenciamento ambiental com base no Decreto nº 64.512/2019.

Conforme relatou o consultor jurídico da ABIMAQ, Caio Ruotolo, a questão da majoração da taxa de licenciamento ambiental e o preço dos demais serviços relacionados com a CETESB em São Paulo já foi objeto de sucessivas demandas judiciais coletivas e individuais. Quanto ao Decreto nº 62.973/2017, a FIESP e o CIESP obtiveram decisão favorável para que a Cetesb não o aplique em sua totalidade no caso de empresas associadas ou filiadas às entidades do sistema. Esse processo transitou em julgado favoravelmente para as entidades em 26.05.21, portanto as decisões continuam válidas.

A presidente da CETESB lembrou, todavia, que em relação ao Decreto nº 64.512/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo, reformou a sentença de primeira instância favorável às entidades, por entender que a atual norma não padece de abusividade ou desproporcionalidade. Esse processo encontra-se em grau de recurso.

Após a reforma dessa sentença, a CETESB começou a expedir boletos para as empresas que haviam se beneficiado da decisão, cobrando o complemento dos valores das taxas de licenciamento ambiental para processos ainda em curso, da renovação da LO (Licença de Operação) e do preço dos serviços, porém utilizando a fórmula do Decreto nº 62.973/2017. No entendimento da CETESB o processo da FIESP e do CIESP, já finalizado, somente retirou do cálculo a área integral do terreno, mantendo a base de cálculo apenas a área da fonte de poluição. Sendo que, em relação aos demais serviços, o procedimento estabelecido pelo Decreto nº 62.973/2017 é plenamente aplicável, inclusive para a renovação da LO.

Silveira, do Jurídico da ABIMAQ ponderou que tal entendimento não está em linha com o processo finalizado, pois a sentença transitada em julgado concedeu uma ordem para que o órgão não aplique o Decreto nº 62.973/2017 em sua totalidade em relação às empresas vinculadas à Federação e Centro das Indústrias. Ou seja, nesses casos, a CETESB somente poderia aplicar o fator “w” do Decreto nº 47.397/2002, para fins de cálculo do preço da Licença de Instalação, inclusive para microempresa ou empresa de pequeno porte.

Apesar da complexidade gerada pelas diversas normas legais ao longo das últimas três décadas disciplinando o cálculo das taxas de licenciamento, de operação e outros serviços de controle ambiental, a presidente Iglécias afirmou estar convencida de que o procedimento adotado pela CETESB é correto e justo. Mas, segundo ela, o órgão estará aberto à consulta das empresas que tiverem dúvida sobre o valor das taxas que forem cobradas – o agendamento da consulta poderá ser feito através do site: <http://www.portalam biental.cetesb.sp.gov.br>. ■

MARKETING

ABIMAQ realiza live sobre marketing humanizado

Evento realizado dentro das ações do SMDI - SEMINÁRIO DE MARKETING DIGITAL NA INDÚSTRIA foi ministrado por Liliane Ferrari, professora de Mídias Sociais do MBA em Marketing Digital na Esalq, e Consultora de Marcas

Realizado em 14 de julho, com formato interativo, no evento de abertura do SMDI edição 2021, foram apresentados os pilares do marketing humanizado e como as marcas podem se beneficiar dessa estratégia, com foco no mercado B2B. O evento foi transmitido para mais de 400 pessoas que acompanharam virtualmente pelo YouTube da ABIMAQ.

Lariza Pio, gerente do departamento de feiras e eventos, abriu a Live explicando que o SMDI (Seminário de Marketing Digital da Indústria) teve início em 2019 com a realização do primeiro evento no auditório da entidade para mais de 250 participantes. “Após duas edições, o desafio da ABIMAQ, devido ao cenário atual, foi o de levar conhecimento para os associados e empresas do setor em formato híbrido, com webinars ao vivo e aulas gravadas, uma metodologia usada por muitas empresas devido à pandemia.”, explicou.

O QUE É O MARKETING HUMANIZADO? Marketing humanizado é formado pelos pilares: emoção, empatia e ética. É quando a marca se expressa de uma maneira humana, quando tem uma estrutura humanizada, o que faz de fato a humanização da marca é o exemplo que ela dá.

“Para dar certo, tem que fazer para o próximo, o marketing digital que você gostaria que fizessem para você. É tentar buscar uma forma mais consciente para criar uma reputação, a marca precisará reconstruir todo o seu pensamento e atitude em cima de ações reais”, contextualiza Liliane em início à palestra.

Para ela, não é só no digital que as empresas devem se posicionar, mas no offline também. “A verdadeira humanização do marketing é entender que não existe o B2B (modelo de negócios em que uma empresa vende para outras empresas), existe o humano com o humano, quem compra ou quem vende é uma pessoa, as marcas são ficções”, explica.

Há tempos, o marketing era visto como algo para ajudar a vender melhor o produto ou serviço para a empresa se posicionar melhor no mercado, hoje, a visão é mais 360°, pois o marketing é tudo aquilo o que a empresa faz.

Existe o Sistema B, um movimento global o que uma empresa/marca deve ter para o aperfeiçoamento de sua governança, e estar realmente voltada para seu papel na sociedade, considerando em suas decisões tanto quem trabalha, quanto para quem consome e seu impacto para a sociedade onde ela está inserida. E também existe o ESG (Environmental, Social and Corporate Governance), que trata de dados, geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa e pode ser usado para dizer quanto um negócio busca minimizar seus impactos ambientais, ou como uma forma de manter os melhores processos de administração. “É necessário repensar a linguagem e as mensagens, a marca precisa ser mais criativa, buscar ser mais prudente, transparente e solidária”, explica Liliane.

DAS SELFIES AO YOURSELF. Não é sobre a sua foto, é sobre o que você tem dentro. Mesmo diante de um mundo em caos, guerra e crises, o tema pode parecer sem importância, mas é isso que traz Liliane, o lado humano de cada ação e toda a sua capacidade de demonstrar empatia, deixar de ver apenas o lado empresarial, e começar a enxergar o lado cliente, “Não faça com o outro o que não quer que seja feito com você”, enfatiza.

COMO MINHA MARCA PODE SER MAIS HUMANA?

A empresa ou marca deve sempre se conectar com o consumidor, isso gera credibilidade e agrega valores. Conhecer a necessidade, mostrar importância, atitude e boa comunicação ajuda a promover os negócios, a marca deve ser verdadeira e saber usar o storytelling, pois se não houver verdade e atitude na história, não passará de uma ficção.

“O mundo já vive cheio de medo e problemas, a vida é por si só uma produção infinita de ansiedade, porque a sua marca vai querer provocar mais sentimentos de dores? Não é cutucar onde dói, é mostrar o alívio e não fazer falsas promessas. É buscar transparência. Tudo pode ser esquecido, menos a forma de como somos tratados e a emoção que se sente”, finaliza Liliane. ■



Para dar certo, tem que fazer para o próximo, o marketing digital que você gostaria que fizessem para você. É tentar buscar uma forma mais consciente para criar uma reputação, a marca precisará reconstruir todo o seu pensamento e atitude em cima de ações reais.

» Liliane Ferrari



FINANCIAMENTOS

“O que aprendemos com o BNDES” foi tema de reunião do COPIN com participação da ABIMAQ

Evento contou com participação de Fábio Roitman, gerente de impacto do BNDES com "Apresentação do Estudo - O que Aprendemos sobre o BNDES" e José Velloso - Presidente Executivo da ABIMAQ com apresentação do "Observatório do Custo Brasil"

“Este estudo discute as evidências empíricas disponíveis sobre o BNDES, um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Foram resenhados setenta trabalhos acadêmicos que tentaram identificar, segundo os dados, relações de causalidade envolvendo o Banco”, assim Fábio Roitman abre sua apresentação na reunião online ocorrida em 20 de julho.

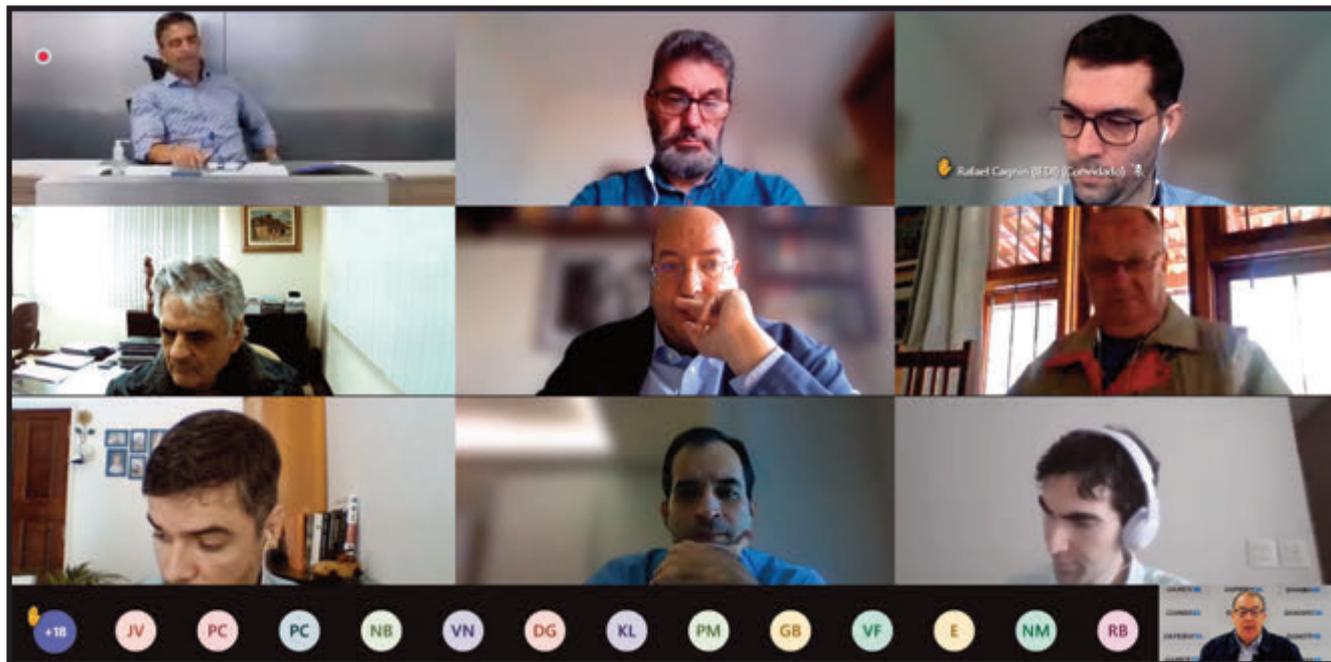
De acordo com Roitman, de forma geral, as evidências indicam que os empréstimos do BNDES são um instrumento efetivo para aumentar o investimento, o emprego e as exportações, sobretudo quando os tomadores do crédito são micro, pequenas e médias empresas.

“O Banco parece também ter efeitos positivos sobre a atividade econômica e sobre o faturamento das empresas apoiadas. Também há evidências de que a atuação do BNDES foi capaz de reduzir o desmatamento no país. Por outro lado, a maior parte dos artigos analisados sugere efeitos nulos do BNDES sobre a produtividade, sobre a rentabilidade das empresas e sobre o valor da ação das firmas apoiadas”

De outro lado, Roitman afirma que a literatura não é conclusiva sobre os efeitos do BNDES na potência da política monetária e na arrecadação municipal, bem como sobre se houve influência política na determinação dos empréstimos do Banco.

“A conclusão – finaliza Roitman – é que o estudo discute o que ainda não se sabe sobre o BNDES – e que, portanto, se mantém como assuntos em aberto para pesquisas futuras. Espera-se que esse trabalho possa disciplinar o debate público sobre o BNDES, tão dominado por opiniões e descolado das evidências disponíveis”.

José Velloso acrescentou ao debate “o fato de a ABIMAQ ter um arcabouço de 60 anos de experiência com o BNDES, desde quando o Brasil ainda era uma fazenda. Presenciou sua contribuição de forma significativa na industrialização do Brasil. Hoje consideramos lamentável o fato do BNDES responder por apenas 1 a 2% das vendas de máquinas do Brasil.”



O Banco parece também ter efeitos positivos sobre a atividade econômica e sobre o faturamento das empresas apoiadas. Também há evidências de que a atuação do BNDES foi capaz de reduzir o desmatamento”

» **Fábio Roitman,**
gerente de impacto do BNDES

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.

Velloso lamenta ainda que esse financiamento, antes feito pelo BNDES, não tenha sido substituído pelo mercado privado. Ele explica: “Nós apresentamos uma pesquisa para o BNDES e para o Ministério da Economia, que mostra que aproximadamente 76% das máquinas comercializadas no Brasil são adquiridas com o recurso próprio, ou seja, sem nenhum financiamento. Isso é o que explica, em parte, a reduzida taxa de formação bruta de capital fixo do país. O impacto deste baixo nível de investimento é muito negativo, o Brasil está perdendo com isso, nós só vamos ganhar produtividade e cres-

cer da forma necessária, sustentadamente, se houver aumento da taxa de investimentos, e isso está travando o crescimento econômico”.

Um outro motivo, de acordo com Velloso, é a falta de concorrência bancária. “os juros não caíram quando o BNDES diminuiu sua participação no mercado, pelo contrário, os juros para aquisição de máquinas, para investimento de longo prazo, subiram no Brasil e por isso se reduziu a busca por financiamento de máquinas com recursos do BNDES mas, também com recursos de bancos privados, as empresas preferem comprar com capital próprio, mas nem todas tem. É lógico que o BNDES afeta o investimento, isso eu não tenho a menor dúvida”, conclui o presidente executivo.

OBSERVATÓRIO DO CUSTO BRASIL.

Em 2019, o governo brasileiro divulgou o tamanho do Custo Brasil, R\$ 1,5 trilhão por ano, equivalente a 22% do Produto Interno Bruto (PIB), foi o resultado do estudo divulgado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia. Para chegar a esse valor, o governo fez o mapeamento de 12 assimetrias apontadas como principais causas da falta de competitividade do setor empresarial em relação aos países que integram a OCDE-Organização para a Coopera-

ção e Desenvolvimento.

De acordo com Velloso, a iniciativa de mapear o problema nasceu de conversas de um grupo de entidades que formatam a Coalizão Indústria, com o Governo Federal, na pessoa do Carlos da Costa. Hoje existe toda uma estrutura organizada para atuar no monitoramento e redução do Custo Brasil. Do lado do setor privado o MBC – Movimento Brasil Competitivo atua como ponto focal de alinhamento dos núcleos técnicos ao Programa Custo Brasil. Os núcleos, por sua vez, são compostos por representantes do setor privado que atuam na formatação de projetos na direção de redução das assimetrias. Esse esforço tem funcionado bem, o próximo passo do grupo será então concluir o desenvolvimento do Observatório do Custo Brasil.

Liderada pela equipe da FGV o Observatório pretende oferecer a sociedade um *dashboard* de monitoramento das ações previstas, capturando impactos financeiros em tempo real de cada ação implementada. Prevê ainda elaboração de relatórios periódicos com atualizações das ações e oferecer apoio no desenvolvimento de pauta de comunicação. Trata-se, portanto, de um observatório independente para acompanhamento do avanço da redução do Custo Brasil e monitoramento das proposições prioritárias. ■



» Departamento de Financiamentos

Informações adicionais podem ser obtidas com o DEFI/ABIMAQ.

» Site: <https://bit.ly/3x0eM16> » Tel.: (11) 5582-6361 » E-mail: defi@abimaq.org.br

Alternativas de Crédito com a Caixa Econômica

Com o objetivo de ofertar mais opções de crédito para as empresas, a ABIMAQ promoveu um encontro online com a Caixa Econômica Federal, no dia 28 de junho



Com a realização de Giselle Rezende – Gerente do departamento de financiamentos da ABIMAQ/SP, e Patrícia Vieira – Gerente executiva ABIMAQ/RJ, o encontro contou com a presença do representante da Caixa: Marcelo Farias de Miranda – Gerente de clientes e negócios, da agência empresarial do Rio de Janeiro, que falou sobre a estrutura da Caixa, os pontos de atendimento e como funcionam as linhas de crédito para atender empresas da indústria de máquinas e equipamentos.

No Brasil, a Caixa conta com 51 superintendências, sendo que, de acordo com Miranda, o Banco conta com no máximo 70 empresas para cada carteira no atacado, para que o gerente tenha mais tempo de trabalhar com a qualidade dentro do segmento, pois existem diversos nichos e essa aproximação com a empresa é essencial. “Nós temos relacionamento com as maiores empresas do Brasil, provavelmente algumas associadas da ABIMAQ e que já devem estar encarteiradas em alguma agência, mas ainda não tivemos uma ampliação nesse relacionamento”, finaliza.

Mesmo com os momentos difíceis causados pela pandemia, a Caixa atuou com linhas subsidiadas, uma delas é o PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Pequenas Empresas), que se tornou permanente dentro do portfólio da Caixa. Com a sanção da Lei nº 14.161/2021, as micro e pequenas empresas com faturamento até R\$

4,8 milhões, contarão com apoio no desenvolvimento e fortalecimento do seu negócio. A taxa de juros máxima será SELIC + 6% a.a. sobre o valor concedido.

Confira no box abaixo as linhas de crédito apresentadas pela Caixa para empresas com faturamento acima de R\$ 30 milhões (atacado).

Giselle explica que um dos papéis desempenhados pelo Departamento de Financiamentos da ABI-

MAQ, é justamente estreitar a aproximação entre a empresa associada ou o cliente dele, junto às Instituições Financeiras parceiras, mediante qualquer dificuldade de acesso encontrada.

Miranda conclui que as informações apresentadas atendem não somente os fabricantes associados da ABIMAQ, mas também os clientes destes, de acordo com a necessidade desejada. ■

LINHAS DE CRÉDITO PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO ACIMA DE R\$ 30 MILHÕES (ATACADO)

» INVESTIMENTO

Utilizada para fomentar a empresa em máquinas, equipamentos e dar impulso na linha produtiva da empresa para gerar a receita, com financiamento de até 90% para máquinas, veículos e equipamentos. O prazo total é de até 60 meses, com até 6 meses de carência, e a taxa de juros está a partir de 0,83% a.m., ou CDI + 0,30%. O próprio bem que está sendo financiado pode ser utilizado como garantia.

» ROTATIVO

Limite dado à empresa sendo constantemente usado e coberto. Geralmente é um limite de crédito especial, antecipação de recebível de cartão ou duplicata e capital de giro. A taxa de juros é pró-rata (só paga no período em que utilizar). Uma empresa com insuficiência de caixa momentânea que não quer tomar capital de giro com pagamento mensal, por exemplo, poderá usar o rotativo pagando apenas os juros sobre a linha pequena de tempo utilizada.

» CAPITAL DE GIRO

Linha mais procurada pelas empresas, conta com prazo total de até 60 meses, com possibilidade de carência. As taxas de juros ficam a partir de 0,57% a.m., ou CDI + 0,20%. As garantias aceitas são: aval dos sócios, aplicação financeira; imóvel; recebíveis de cartão, de duplicatas e de contratos.

Crédito sem CND até o fim do ano

Até 31 de dezembro de 2021, as instituições financeiras privadas e públicas, inclusive as suas subsidiárias, ficam dispensadas da exigência de certidões negativas relativas ao recolhimento de tributos e contribuições e cumprimento de obrigações legais nas contratações e negociações de operações de crédito.

Esta determinação consta da Lei nº 14.179, de 30 de junho de 2021, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.028, de 2021, editada com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia da covid-19, facilitando o acesso ao crédito para

as empresas em geral e, em especial às microempresas e empresas de pequeno porte.

Foram objeto dessa dispensa: a CND (Certidão Negativa de Tributos Federais) e documento equivalente, o CRF (Certificado de Regularidade do FGTS), comprovante de regularidade do ITR (Imposto Territorial Rural), e a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). A Certidão Negativa da Seguridade Social continua sendo exigida por ser exigência estabelecida na Constituição Federal que não pode ser dispensada por lei ordinária. ■



FINANCIAMENTOS

CRÉDITO RURAL

Reuniões com os Bancos Caixa, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Sicredi

Em função da atual demanda do setor agropecuário, o dinheiro disponibilizado para operacionalização do Plano Safra 21/22 possivelmente não chegará até o final de setembro deste ano. Desta forma, a presidência da ABIMAQ vem articulando conversas com diversas Instituições Financeiras, independentemente dos recursos oficiais equalizados, para verificar quais linhas de financiamento com recursos próprios essas Instituições disponibilizarão para atender o produtor rural.

Todas as Instituições foram unânimes em informar que os bancos possuem disponibilidade de recursos, querem continuar financiando, porém encontram obstáculos em função da curva de longo prazo, não conseguindo aplicar as mesmas condições das linhas equalizadas pelo governo, em virtude de o custo da captação do dinheiro estar em torno de 8 a 8,5% e ainda é acrescentado o spread de 2,5 a 3% a.a, ficando próximo de 12% a.a.

» SAIBA MAIS

Ressaltamos que, para dar suporte e acompanhar as empresas na busca desses financiamentos, os interessados poderão, a qualquer momento, contatar o Depto. de Financiamentos da ABIMAQ, por meio do telefone (11) 5582-6361 ou e-mail defi@abimaq.org.br.

Conheça as opções de financiamento de longo prazo, clicando no link abaixo: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F67778%2F1627668302Tabela_Portaria_Plano_Safra_21-22.pdf

CAIXA

- » O Banco possui linhas de financiamentos similares como as ofertadas pelo BNDES (com recursos próprios), apesar do mercado agro não aderir tanto à taxa pós-fixada, a Caixa lançou recentemente um novo produto “Investimento Pós-Fixado CDI”, destinado ao financiamento de investimentos fixos e semifixos.
- » Não há limite de orçamento para operações com recursos próprios, sejam eles pré ou pós-fixados. Esse ano houve suplementação de R\$ 5 bilhões, passando de R\$ 20 para R\$ 25 bilhões.
- » A Caixa está abrindo unidades com equipes específicas para atendimento ao agronegócio. Já possui 51 unidades abertas com previsão de 80/100 unidades até o final desse ano.
- » Não há cobrança de taxa flat para o Fornecedor.

BRADESCO

- » O compromisso do Bradesco é continuar concedendo crédito, financiando máquinas e equipamentos de todo setor agrícola usando as linhas de crédito do BNDES equalizadas ou fonte recursos próprios.
- » Foi o Banco que mais repassou a linha BNDES Crédito Rural e, enquanto houver essa disponibilidade do BNDES sem dotação orçamentária, continuarão repassando.
- » Para dar celeridade aos pedidos de financiamentos, bem antes do anúncio do novo Plano Safra, o Banco já estava trabalhando na captação de negócios e aprovando operações para que tão logo o BNDES abrisse o protocolo, pudessem entrar com os pedidos para utilizar maior volume de recursos possível no início.
- » Na falta das linhas com recursos equalizáveis, o Banco possui a linha Novafrota, CPR Financeira e o CDC com taxa de 11,5 a 12% a.a. com prazo de 3 a 5 anos. A fonte de recurso dessas linhas são recursos próprios e o desembolso no âmbito dessas linhas é a parte mais relevante da carteira do Banco voltados para o agronegócio.

BANCO DO BRASIL

- » Nos meses de abril, maio e junho, o Banco financiou mais de 48 mil máquinas do setor, abarcando nesse gancho irrigação, energia e armazenagem.
- » O BB anunciou R\$ 135 bilhões para a Safra 21/22, sendo que deste montante, R\$ 43 bilhões são com recursos equalizados e R\$ 92 bilhões de recursos não equalizados. Em onze dias úteis de Plano Safra 21/22, o BB desembolsou cerca de R\$ 5 bilhões de reais com aproximadamente vinte mil operações, em três mil municípios.
- » Na Plataforma Broto, foram gerados aproximadamente 700 milhões de negócios.
- » O BB e o New Development Bank (NDB), assinaram um memorando de entendimento com previsão de

ofertar R\$ 1,5 bilhão. A expectativa é que seja estruturada e aprovada em até 4 meses. A linha financiará silo, projetos de irrigação, energia fotovoltaica.

- » Atuação no agronegócio por meio de maior proximidade com os clientes, apoiando os negócios rurais de acordo com as necessidades, além de viabilizar mecanismos que estimulem o crédito para o setor.
- » O BB tem estruturado convênio guarda-chuva com as Entidades parceiras para estimular e originar crédito para o produtor rural, por meio de alternativas financeiras.

SANTANDER

- » Para este ano safra, o Santander direcionará os financiamentos, operando primeiro com as linhas de recursos equalizados via repasse BNDES e com a Linha BNDES Crédito Rural, em TFB e TLP.
- » Com recurso próprio, disponibiliza a linha Multiagro com prazo de até 07/08 anos e taxa de juros que variam entre 10,5% a 11% ao ano. Os valores das taxas mudam diariamente, porém a taxa é fixa e definida no dia da aprovação da operação.
- » Isenção da comissão (Taxa Flat 0%) para as linhas de financiamento de BNDES voltadas para máquinas e equipamentos, o que permite maior poder de negociação na compra do bem.
- » Para o ano que vem, estão estudando a possibilidade de ofertar capital com taxas de juros controladas por recursos do Tesouro Nacional.

SICREDI

- » Na Safra atual 21/22 já foram desembolsados cerca de R\$ 700 milhões das 108 Cooperativas pertencentes ao Sistema Sicredi com recursos próprios de cada uma, sem equalização.
- » O modelo de financiamento do Sistema Sicredi é mais distribuído e cada uma das 108 Cooperativas pertencentes atuam de forma local/regional, para financiar o produtor.
- » A expectativa em termos de taxas de juros de poupança rural está sujeita a uma precificação local, no entanto, está norteando TR + 7,17% num prazo de 7 anos, fora as questões de risco ao produtor, bem como os tipos de projetos a serem financiados. A tendência é operar de uma forma mais customizada.
- » O Sicredi opera com a linha BNDES Crédito Rural de forma relevante e já foi colocada à disposição nesta safra.

A Portaria do Ministério da Economia 7.867 de 01/07/21 autorizou o pagamento de equalização de taxas de juros em financiamentos rurais concedidos no Plano Safra 21/22, acesse aqui o montante disponibilizado por Instituição Financeira e por Linha de Financiamento. ■

FINANCIAMENTOS



ABIMAQ realiza Webinar voltado para o Crédito Rural e anuncia as novas condições do Plano Safra 2021/2022

Para tratar dos Programas Agropecuários, a Entidade contou com o Caio Barbosa Araújo – Chefe do departamento de canais e distribuição e parcerias do BNDES

“**N**este Plano Safra 2021/22, houve uma ampliação em 58% dos recursos disponibilizados ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com R\$ 5,1 bilhões para esses produtores menores. Os recursos subvencionados pelo governo federal contarão com R\$ 17,1 bilhões e cerca de R\$ 3 bilhões serão para as linhas próprias do BNDES, que poderão ser acessados pelos produtores rurais, empresas e cooperativas do setor.

As soluções objetos desta apresentação, atenderão as diversas necessidades dos agricultores, como: projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, recursos para custeio, investimentos em sustentabilidade, irrigação, armazenagem, inovação e modernização de cooperativas.” Essa foi a explicação de Giselle Rezend – Gerente do departamento de financiamentos da ABIMAQ, no início da reunião promovida pela Entidade, em 20 de julho.

Pedro Estevão – Vice-presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ e Presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas, destacou que esse ano o governo federal privilegiou e trouxe bons recursos para a irrigação e armazenagem, e o mesmo não aconteceu com máquinas agrícolas. “Sabemos que o mercado de máquinas agrícolas este ano deve ser em torno de R\$ 60 bilhões, o que significa que estes recursos do Plano Safra vão se acabar rapidamente e estaremos contando com a Linha BNDES Crédito Rural, que teve um papel muito importante no primeiro semestre desse ano”, completa.

Para Caio Araújo, o setor agropecuário vem se destacando nos últimos anos em relação aos demais setores da economia com evolução acima da mé-

11 PROGRAMAS OPERADOS PELO BNDES NA SAFRA 2021/2022	
PROGRAMA	FINALIDADE
PRONAF	Geração de renda e melhora do uso da mão de obra familiar
PRONAMP	Promover o desenvolvimento das atividades rurais de médios produtores rurais
MODERFROTA	Financiar aquisição de tratores e implementos para atividades agropecuária
PROIRRIGA	Apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente
MODERAGRO	Apoiar a produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos específicos, fomentar ações relacionadas a defesa animal e construção e ampliação das instalações para a guarda de máquinas, implementos e insumos
ABC	Aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis
PRODECOOP	Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras
INOVAGRO	Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais
PCA	Apoiar investimentos necessários à ampliação, modernização, reforma e construção de novos armazéns
PROCAP-AGRO	Capital de giro para cooperativas de produção
BNDES CRÉDITO RURAL	Financiar todas as necessidades de investimento do produtor rural

dia, abrangendo grandes demandas de exportações e pautas diversificadas. “O BNDES não poderia deixar de apoiar esse setor crescente que precisa de financiamento para investimento, até por ser o foco do Banco, para avançar a produtividade do produtor rural”, completou.

O Plano Safra 21/22 foi anunciado em 22 de junho pelo governo federal, com vigência de 1º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022. Dentro desse novo Plano, o BNDES destinará cerca de R\$ 20,1 bilhões por meio de 11 programas de crédito, sendo 10 com subvenção econômica e 1 que é próprio do BNDES, de acordo com a tabela acima.

“A ABIMAQ sempre foi a casa do BNDES, sempre tivemos o maior

respeito pelo trabalho que o banco faz. O Brasil não teria hoje a agricultura e a indústria que tem se não fosse o BNDES”, afirmou José Velloso – Presidente-executivo da ABIMAQ.

Carlos de Marchi – gerente executivo da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação da ABIMAQ, falou sobre o Cadastro no Programa Pronaf Mais Alimentos (MDA). A saber, o Programa Mais Alimentos é uma Linha de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Criado em 2008, o cadastro no programa contempla financiamento adequado, apoio da rede de assistência técnica rural e aquisição de produtos com desconto

Os objetivos são: modernização

da infraestrutura das unidades produtivas, aumento de renda do agricultor familiar, elevação de oferta de alimentos para a mesa da população brasileira e incentivo à indústria nacional. “De todos os programas do Plano Safra, este tem uma característica especial que é a necessidade de a empresa ofertante de equipamentos estar cadastrada numa base de dados. A ABIMAQ foi a primeira entidade a abraçar o programa”.

Carlos complementou que, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), existem no Brasil cerca de 5,63 milhões de agricultores familiares, sendo que 2 milhões são considerados aptos a acessar o Programa Mais Alimentos. ■

COMÉRCIO EXTERIOR

Descubra Oportunidades Internacionais com a Plataforma Global Trade Helpdesk

Uma iniciativa multiagências que reúne informações estratégicas de mercado

Quando entendemos a situação do mercado e as suas exigências regulatórias fica mais fácil aumentar a competitividade e planejar ações focadas no crescimento da empresa. Informações como tendências de mercado (por exemplo, os novos nichos), as barreiras de acesso (tarifárias ou não tarifárias), os padrões e certificações necessários são informações estratégicas quando se planeja uma atuação internacional. Em alguns casos, é importante conhecer também as certificações sociais das empresas/produtos, além dos requisitos de embalagem e etiquetagem vigentes no país.

No entanto, nem sempre é fácil encontrar essas informações e muitas vezes é necessário entrar em contato com diversas instituições para chegar no resultado de uma busca completa. Pensando nisso o ITC, a UNCTAD e a OMC desenvolveram a Plataforma Global Trade Helpdesk (GTH), uma iniciativa multiagência que visa simplificar a pesquisa de mercado para empresas, especialmente as Micro, Pequena e Médias Empresas (MPMEs), integrando informações comerciais e empresariais num único portal *online*.

Em um só lugar é possível encontrar informações sobre importação, dinâmicas de mercado, tarifas, requisitos regulatórios, compradores em potencial e muito mais. O GTH baseia-se nos serviços existentes do ITC, UNCTAD e OMC, bem como em organizações parceiras, incluindo a FAO, IADB, AFDB, WCO e WB entre outras, para fornecer uma solução integrada que coloca uma riqueza de informação comercial global na ponta dos dedos dos empresários em todo o mundo.

A ferramenta foi tema do 5º Webinar da Jornada Internacional 2021. O encontro foi realizado no dia 21 de julho e contou com a participação da Anna Jankowska, Analista de Mercado na Divisão de Inteligência de Comércio e Mercado do International Trade Centre (ITC) e do Zimmer Bom Gomes, Analista da Apex-Brasil, com atuação na área de acesso a mercado. O evento teve como objetivo apresentar as funcionalidades da plataforma e apresentar de maneira interativa a navegabilidade e onde encontrar as informações de diferentes fontes, no entanto, a profundidade de cobertura pode variar para diferentes mercados. A gravação do evento está disponível na *landingpage* da Jornada Internacional. ■

Em reunião com o Embaixador da Argentina, Daniel Scioli, ABIMAQ discute a reforma da Tarifa Externa Comum no Mercosul

Na reunião, foram trocadas impressões sobre a política comercial do Brasil e os principais temas em discussão no Mercosul

Na última sexta-feira, 02 de julho, a ABIMAQ se reuniu com o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli. Além de um influente político e de sua proximidade com o Presidente Alberto Fernandez, Daniel Scioli foi vice-presidente da Argentina entre 2003 e 2007 e é cotado para concorrer à Presidência da República nas próximas eleições argentinas e, dada a importância das movimentações que estão acontecendo no Mercosul em relação à abertura comercial, ocupa atualmente o cargo de embaixador da Argentina no Brasil.

A reunião, solicitada pela Embaixada da Argentina, teve como objetivo a troca de opiniões e perspectivas entre o Embaixador Scioli e o Presidente Executivo da ABIMAQ, José Velloso, sobre política comercial, a proposta do governo brasileiro de redução da tarifa externa comum (TEC) do Mercosul e a flexibilização das negociações extra-Mercosul. A reunião aconteceu às vésperas da Cúpula dos Presidentes e da reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), na qual as propostas dos membros do Bloco sobre os temas mencionados foram discutidas.

Na ocasião, a ABIMAQ teve a oportunidade de reiterar sua posição sobre estes temas. Reforçou-se que a indústria brasileira de máquinas e equipamentos é a favor da abertura comercial realizada de forma concomitante com a redução do Custo do Brasil. “A concretização de uma estratégia de abertura comercial sustentável deve, necessariamente, ser implementada por meio de políticas coordenadas, pelas quais as assimetrias de mercado sejam combatidas, como forma de assegurar a isonomia produtiva e a competitividade industrial nos mercados nacional e internacional”, destacou Velloso.

Foi ressaltado que a possibilidade de redução do imposto de importação sem a aprovação prévia dos demais sócios do Mercosul com base na Decisão CMC nº 25/15, como observado na redução recente em 10% das alíquotas de imposto de importação para bens de capital e bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT), por meio da Resolução Gecex nº. 173/21, coloca o setor de máquinas e equipamentos em uma posição de maior vulnerabilidade em comparação aos demais setores da indústria de transformação. Essa condição de vulnerabilidade, na visão da ABIMAQ, será acentuada caso a redução não seja estendida aos demais setores, em especial, os de matérias-primas.

Do lado argentino, também participaram da reunião o Cônsul da Argentina em São Paulo, o Embaixador Carlos César García Baltar, e o Chefe

do Setor Econômico-Comercial, Investimentos e Turismo, o Ministro Rodrigo Carlos Bardoneschi. Na conversa com a ABIMAQ, o Embaixador Daniel Scioli demonstrou estar bastante familiarizado com a posição da ABIMAQ em vista dos estudos realizados pela entidade e das entrevistas concedidas à mídia nacional. Os representantes argentinos afirmaram que a proposta do país vizinho é a de que a redução da TEC seja de, no máximo, 10%, sobre as alíquotas de imposto de importação de produtos com alíquotas inferiores a 12% e 16%. A redução proposta pela Argentina abarca aproximadamente 73% das linhas tarifárias e contempla matérias-primas como aço, alumínio, vidro, borracha, plástico, mantendo inalteradas as tarifas para bens finais.

Em resposta às colocações da delegação argentina, a ABIMAQ sinalizou sua convergência à proposta argentina, uma vez que esta obedece à lógica de escalada tarifária, com alíquotas menores para matérias-primas e menores para produtos acabados. Foi enfatizado que, em vista da implementação no Brasil de medidas de redução do imposto de importação para BK e BIT, ainda que Argentina tenha êxito em fazer prevalecer sua proposta entre os parceiros do Bloco, a probabilidade de reversão da redução tarifária para estes bens é remota.

Diferentemente do Uruguai e do Brasil, que defendem a flexibilização das negociações extra-bloco, a Argentina é contra o estabelecimento de negociações comerciais de maneira independente do Mercosul. Até o momento, o Uruguai foi o único membro do Bloco que anunciou que dará início a negociações comerciais de forma independente. A posição uruguaia parte do pressuposto que a Decisão CMC nº 32/00, que veda que os membros do Mercosul negociem individualmente tratados de livre comércio com outros países e blocos, não foi internalizada por nenhum dos quatro países e, portanto, não teria validade.

A iniciativa do Uruguai é resultado da falta de consenso entre os países membros do Mercosul na Reunião do Conselho do Mercado Comum no dia 07 de julho. Aliada à transmissão da Presidência Pro-Tempore do Mercosul ao Brasil pela Argentina, movimento que representa a reorientação da agenda do Bloco a uma tendência de maior abertura, o movimento uruguaio aumenta a pressão entre os sócios e coloca em risco a estabilidade do Bloco. A ameaça de desintegração do Mercosul tem potenciais efeitos sobre a indústria de transformação do Brasil, dada a importância do Bloco nas exportações de manufaturados. ■

A redução proposta pela Argentina abarca aproximadamente 73% das linhas tarifárias e contempla matérias-primas como aço, alumínio, vidro, borracha, plástico, mantendo inalteradas as tarifas para bens finais.

COMÉRCIO EXTERIOR

ABIMAQ apresenta sua manifestação à Secex abre consulta pública sobre Acordos de Livre Comércio com Vietnã e Indonésia

O prazo para manifestação do setor privado encerrou-se em 19 de julho

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex), por meio da **Circular Secex nº 32/2021**, abriu consulta pública para posicionamento da sociedade civil em relação às negociações comerciais entre Mercosul, o Vietnã e a Indonésia. Os mandatos negociadores para os dois acordos comerciais foram aprovados pelo Conselho de Estratégia Comercial (CEC), da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), em dezembro de 2020, autorizando negociações de acordos de livre comércio com Vietnã e Indonésia.

Além de temas tarifários e de acesso ao mercado de bens, os acordos comerciais conterão capítulos sobre regras de origem, facilitação de comércio, medidas regulatórias, serviços, defesa comercial e desenvolvimento sustentável. O mandato negociador para o acordo comercial com a Indonésia prevê quatro temas adicionais: comércio digital, investi-



mentos, compras governamentais e propriedade intelectual.

A consulta foi aberta à participação de cidadãos, empresas, associações, entidades de classe, federações, confederações, associações de consumidores, ONGs, acadêmicos, membros do governo estadual, municipal ou distrital, assim como representações estrangeiras, com a indicação do CPF do respondente. No modelo de consulta proposto pela Secretaria de Comércio

Exterior, foi estabelecido que poderiam ser enviadas mais de uma manifestação por empresa e que o prazo para manifestação era de 60 dias, encerrando-se em 19 de julho de 2021.

Em sua manifestação, a ABIMAQ apresentou seu posicionamento às negociações, destacando que os mercados da Indonésia e do Vietnã oferecem mais riscos do que ganhos em função dos seguintes fatores:

1. Como parceiros comerciais, Indo-

nésia e Vietnã não apresentam potencial de inserção qualificada da economia brasileira nas cadeias produtivas globais;

2. As tarifas de importação aplicadas pelos dois países aos produtos do setor de máquinas e equipamentos já são baixas;

3. Países possuem regimes com significativa flexibilidade e uma densa rede de acordos comerciais com demais países asiáticos, o que eleva o risco de outras práticas desleais de comércio, como a triangulação;

4. Países possuem baixo índice de ratificação das convenções da OIT em comparação com o Brasil, levantando ceticismo quanto à capacidade do acordo de fazer cumprir compromissos internacionais relacionados à agenda de sustentabilidade e colocando os produtores nacionais em desigualdade competitiva em face dos altos encargos trabalhistas vigentes no Brasil.

5. Ambos os países apresentam baixo grau de cumprimento de exigências ambientais, fator que pode representar uma sinalização negativa a parceiros importantes do se-

tor, como Estados Unidos e União Europeia.

Para fundamentar sua posição, a ABIMAQ realizou um estudo de sensibilidade de todas as NCMs de representação da ABIMAQ a acordos comerciais com Vietnã e Indonésia. O estudo foi submetido à validação das associadas e anexado à manifestação da ABIMAQ como uma proposta de oferta para as NCMs do setor de máquinas e equipamentos nestas negociações, de modo a resguardar as sensibilidades dos produtores nacionais.

Em paralelo à manifestação da Entidade, a ABIMAQ buscou incentivar a participação direta das empresas associadas. Com o objetivo de prestar apoio técnico às associadas em suas respostas, a ABIMAQ compartilhou o “Perfil Comercial” de ambos os países, documento que apresenta de forma objetiva as análises qualitativas realizadas pelo Departamento de Mercado Externo, e um guia com um padrão de respostas a consulta para orientar o preenchimento do formulário disponibilizado pelo Ministério da Economia. ■

Estudo de mercado sobre a Austrália apresenta oportunidades para máquinas e implementos agrícolas

Empresas do setor contarão com uma rodada de negócios virtual para o país

A crescente demanda global por produtos agrícolas e as necessidades de adaptação às mudanças climáticas impulsionam o crescimento da indústria australiana. O país negocia ativamente acordos de livre comércio desde os anos 2000, e o mercado de máquinas agrícolas vem se tornando cada vez mais dinâmico. Apesar da seca severa dos últimos anos, 2020 foi um ano excepcional para a produção agrícola daquele país.

Essas informações fazem parte do estudo de mercado “Austrália - Máquinas Equipamentos Agrícolas 2021”, desenvolvido pela Agência

Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em parceria com a ABIMAQ e elaborado pela empresa de consultoria Eurononitor International, que aponta as principais oportunidades para Máquinas e Implementos Agrícolas no país. O estudo contém informações sobre o cenário econômico do país, dados de comércio internacional, características do mercado e uma análise do ambiente regulatório do setor para a importação de produtos.

Em agosto, o Programa Brazil Machinery Solutions, parceria da ABIMAQ com a Apex-Brasil, abre inscrições para a 2ª Missão Comer-

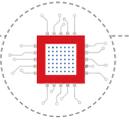
cial Digital para o setor de máquinas e implementos agrícolas. Com o objetivo de potencializar as oportunidades apresentadas pelo estudo e fortalecer a oferta brasileira no país, será dedicada uma atenção especial para a seleção dos compradores, por isso a Rodada Internacional de Negócios contará com o apoio de uma consultoria especializada (*matchmaker*), que tem como objetivo entender o que cada empresa brasileira fabrica e assim identificar compradores internacionais de máquinas compatíveis com a oferta do Brasil. O evento acontecerá de forma *online* e será lançado no *webinar* do dia 18 de

agosto que ocorrerá às 10h00 e contará com a participação de dois especialistas em mercados da Apex-Brasil, Rodrigo Vianna e Matheus Santos. Os convidados farão uma apresentação sobre os principais pontos de estudo do material e estarão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos empresários brasileiros com relação ao acesso ao mercado. ■

» SAIBA MAIS

As inscrições para o webinar podem ser realizadas no seguinte link: <https://conteudo.abimaq.org.br/jornada-internacional-2021>





TECNOLOGIA

» **Tecnologia**

Saiba mais sobre tecnologia no setor de máquinas e equipamentos.

» **Site:** <http://ipdmaq.org.br> » **Tel.:** 11 5582-6321 / 5582-6313 » **E-mail:** ipdmaq@abimaq.org.br

Indústrias recebem apoio da ABIMAQ em seus Desafios de Inovação

Lançado no segundo semestre de 2020, o Programa Desafio ABIMAQ de Inovação tem como objetivo acelerar a identificação de oportunidades e necessidades em projetos de tecnologia e inovação

Com a pandemia e a rápida transformação digital da indústria, as atividades de gestão da inovação da área de tecnologia e inovação da ABIMAQ estão sendo realizadas em formato virtual em continuidade ao projeto NAGI (Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação), que previa atendimentos presenciais.

O atendimento da ABIMAQ é individualizado e de acordo com as necessidades dos associados, onde as empresas apresentam seus desafios que são analisados e discutidos de forma conjunta, para posteriormente serem realizadas imersões com o objetivo de vivenciar e obter um melhor entendimento do negócio, mercado de atuação, produtos e serviços. São realizados diagnósticos para conhecimento do processo de inovação da empresa, com discussões sobre estratégias voltadas para indústria 4.0 e transformação digital com apresentações de oportunidades de projetos de inovação junto com a viabilização técnica e financeira. Articulação com soluções tecnológicas de empresas, startups, centros e institutos de pesquisa, assim como aproximações com Unidades Embrapii, SENAI, INPI, entre outros. Um dos diferenciais do Programa está na realização de benchmarking entre empresas do setor, onde as indústrias compartilham e colaboram entre si, considerado uma ação de extremo valor.

Abaixo depoimentos de empresas que receberam apoio da ABIMAQ.

» SAIBA MAIS

Sua empresa gostaria de receber o apoio da ABIMAQ nos seus Desafios em Inovação? Contate-nos: ipdmaq@abimaq.org.br



» **Marcelo Carvalho,** Gerente Industrial na Antares

"O apoio da ABIMAQ no desenvolvimento das inovações dentro da Antares tem sido muito importante.

Ao longo dessa jornada tivemos a oportunidade de utilizar ferramentas pouco usadas por nós como o Canvas e Trello. Tivemos o privilégio de conhecer outras empresas que trouxeram insights para os nossos projetos de inovação tecnológica em produtos e que tem potencial de se tornarem parceiros para inovações no futuro."



» **Armando Aquino,** Diretor na Varpe Brasil

"Participar do desafio ABIMAQ de inovação, foi uma experiência especial e inédita para nós.

Pela primeira vez, decidimos nos conhecer melhor, enfrentar desafios e descobrir como podemos ser inovadores, para trazer resultados à nossa empresa.

Descobrimos que temos muito a aprender, um terreno fértil para inovar e contribuir com a indústria brasileira."



» **Bibiana L. Sasso,** Gerente de Recursos Humanos na Hyva do Brasil

"O tema Inovação faz parte da história e dos Valores Corporativos da HYVA – nos nossos produtos se destacam também neste tema. Em 2020 iniciamos um movimento

muito importante na empresa para fomentar a inovação em nossos processos internos, principalmente nas atividades de back office e felizmente foi possível contar com a parceria da ABIMAQ neste movimento interno quando foi criado o comitê de inovação – INNOVATIO – por um grupo de pessoas voluntárias e que se identificam com este movimento.

Ao começar este comitê foi muito importante os momentos de criação e compartilhamento de ideias que tivemos nos 4 meses de projeto com a ABIMAQ, onde foi possível entender mais sobre o tema e como deveríamos nos posicionar e estruturar o comitê e o nosso trabalho alinhado com a cultura e os valores da HYVA.

Após muito estudo e dedicação, temos a certeza que o início com a parceria da ABIMAQ foi pelo caminho certo para atingirmos o momento que estamos hoje."



» **Alceu Macedo,** Diretor Comercial na Macedo Forest

"Nós da Macedo Forest, agradecemos a equipe que participou do "Desafio ABIMAQ de inovação", foi muito relevante para nós em todos os sentidos, as diversas conversas que tivemos nos auxiliaram as tomadas de decisões e colocarmos em prática muitas ideias, inclusive muitas delas nasceram durante e depois de nossas reuniões, estamos muito gratos a todos que participaram durante a caminhada." ■

As empresas participantes estão recebendo acesso ao Relatório Geral da pesquisa junto com um Relatório Individual para conhecerem os seus resultados em comparação a média das demais empresas respondentes, e servir de guia para sua jornada de Transformação Digital. ■

Empresas participantes da pesquisa recebem relatórios individuais

A pesquisa "INDÚSTRIA 4.0 - Transformação Digital e Inovação de Modelos de Negócios", uma iniciativa do Departamento de Tecnologia e Inovação da ABIMAQ, realizada pelo Núcleo de Engenharia Organizacional (NEO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi concluída com sucesso.

» SAIBA MAIS

Conheça o Relatório Geral. Acesse <https://drive.google.com/file/d/1wr2wDoo2IGLdl2syhZITNEZ-4uycb9ZD/view>





» Departamento de competitividade, economia e estatística

Acesse as pesquisas e estudos especiais do setor. » Tel.: (11) 5582-6347

» Site: <https://bit.ly/2TRFF5z> » E-mail: deee@abimaq.org.br



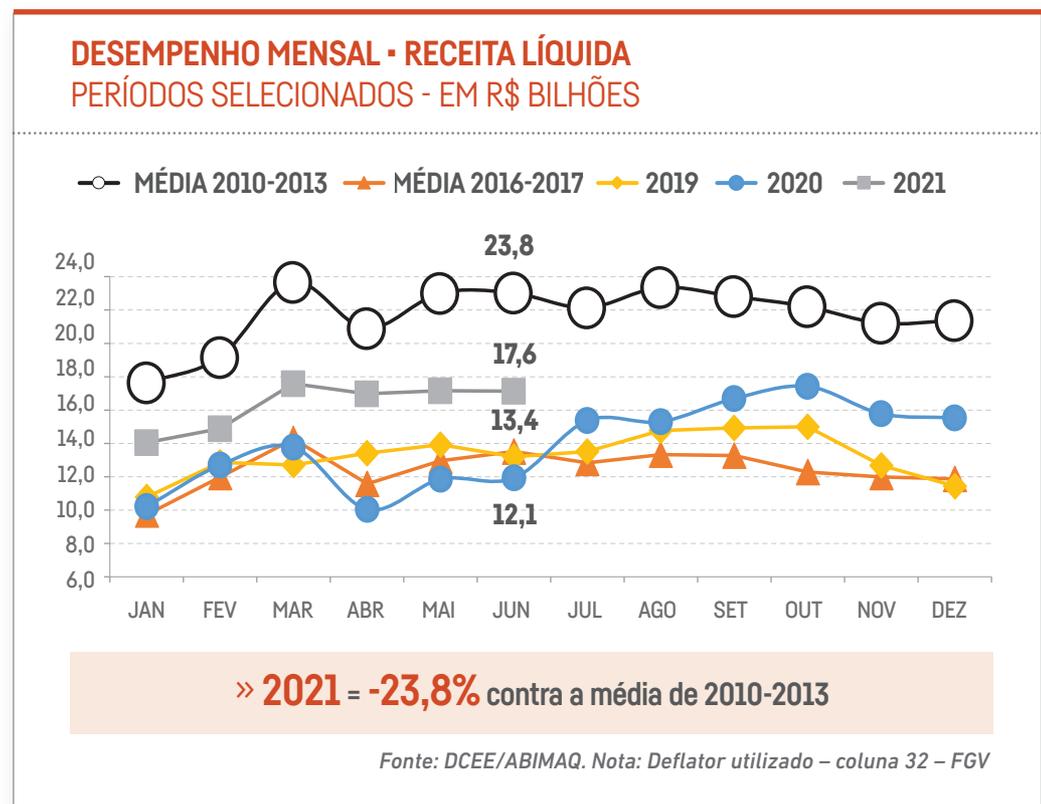
O setor fabricante de máquinas e equipamentos continua em processo de recuperação

» QUADRO GERAL

Durante o mês de junho de 2021 se observou estabilidade nas receitas líquidas de vendas do setor fabricante de máquinas e equipamentos em relação ao mês de maio. Na comparação com o mês de junho de 2020, o resultado foi de elevado crescimento (45,4%). O setor contou no período com manutenção do crescimento nos setores ligados ao agronegócio, recuperação naqueles ligados ao consumo de bens duráveis e semiduráveis, além disso a base de comparação estava fortemente deprimida pelas medidas de afastamento para controle das infecções por covid-19. Para os próximos meses, a expectativa é de manutenção da estabilidade das receitas em níveis próximos aos observados no segundo semestre de 2020.

As exportações de máquinas e Equipamentos que vinham de queda de 24,5% em 2020, voltaram a registrar crescimento em fevereiro deste ano e já em abril o setor contava com valores superiores aos daquele ano. A intensificação das campanhas de vacinação em diversos países do globo, combinada com uma importante política de estímulo das atividades, vem permitindo uma recuperação consistente em diversas economias propiciando o aumento das vendas de máquinas e equipamentos.

Após terem encolhido para a média de US\$ 1,4 bilhão ao mês, as importações de máquinas e equipamentos ganharam força e em 2021 passaram a oscilar ao redor de US\$ 1,7 bilhão, como reflexo da recuperação das atividades produtivas observada a partir do segundo semestre de 2020. Em junho de 2021 houve recuo de 4,9% em relação ao mês de maio, mas na comparação interanual o crescimento foi de 72,1%. No ano as importações



acumuladas superaram em 12,1% as do mesmo período de 2020.

» NUCI, PEDIDOS e EMPREGOS

Durante o mês de junho de 2021 a indústria brasileira de máquinas e equipamentos aumentou em 0,8% o nível de utilização da sua capacidade instalada.

A carteira de pedido, medida em número de semanas para atendimento, também registrou crescimento (+0,7%). Atualmente a carteira de pedidos está com 37,7% acima do nível observado em junho de 2020. Equivalente a 12,3 semanas para seu atendimento. Os dados até o mês de junho indicam, no curto prazo, continuidade da atual performance do setor.

O quadro de pessoal da indústria brasileira de máquinas e equipamentos segue em crescimento. O mês de junho de 2021 registrou o décimo segundo crescimento consecutivo no número de pessoas empregadas no setor. A indústria de máquinas e equipamentos encerrou o mês de junho com quase 357 mil pessoas empregadas diretamente. Em relação ao mês de junho de 2020, foram criados 61 mil postos de trabalho no setor nacional.

Entre os setores representados pela ABIMAQ, o único a registrar encolhimento no quadro de pessoal na comparação com o mês de maio foi o de máquinas para infraestrutura e indústria de base. ■

REFLEXÃO » ANITA DEDDING

Mestre em Engenharia Mecânica pela Unicamp, gerente divisional de Tecnologia Industrial da ABIMAQ e secretária executiva do IPDMAQ



FALTA DE MÃO DE OBRA NA INDÚSTRIA E O DESEMPREGO NO BRASIL

O Ministério da Economia manteve sua estimativa para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 em alta de 5,3%. O cálculo foi elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE). Para 2022, a projeção é de alta de 2,51%. O ministério mantém as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024, 2025, todas em 2,5%. Conforme a Secretaria, mesmos que as incertezas continuem elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, deve-se considerar os indicadores no primeiro trimestre que apontam continuidade da recuperação da atividade econômica, destacando ainda que “a retomada do crescimento sustentável da economia ocorrerá com a elevação da produtividade através das reformas estruturais e do processo de consolidação fiscal, e ainda devem ser considerados quais projetos devem ser prioritários para o Brasil”.

Com esse cenário macro econômico e a melhora no cenário global, principalmente com o crescimento da economia nos Estados Unidos e na China, que são importantes parceiros brasileiros, a indústria precisa estar atenta ao rápido avanço da tecnologia e à transformação digital da economia, como oportunidades para o seu fortalecimento e para continuar no enfrentamento da pandemia, no aumento da produtividade, na redução de custos de produção, e na criação de novos modelos de negócios.

As tecnologias avançadas e sua integração para automação, controle em processos de manufatura, envolvendo o uso da robótica, de novos materiais, eficiência energética, big data, entre outros, vem requerendo um perfil profissional diferenciado, nesse contexto.

Especialmente a indústria vem sofrendo a falta de profissionais qualificados para atendimento às suas atuais necessidades. Mesmo que os projetos econômicos do Congresso, que ficaram pendentes devido à pandemia e voltaram a serem discutidos, como a Reforma Tributária, não serão suficientes para garantir de fato um crescimento econômico.

O que realmente poderá mudar este quadro é a efetiva vacinação da população e a adequação dos programas de qualificação profissional à realidade das indústrias, para aumentar a sua contribuição na geração de empregos. São mais de 14 milhões de pessoas desocupadas conforme o IBGE, sendo o setor de serviços o mais afetado com quase 1 milhão de pequenas empresas quebradas que estão demandando programas de apoio.

Mesmo com um grande número de desem-

“ Para minimizar a falta de profissionais qualificados é necessário uma mobilização entre o governo, instituições de ensino e empresas, para que num esforço conjunto, possam aprimorar e criar novas políticas públicas

pregados no país, a indústria tem dificuldade de contratar profissionais qualificados, e conforme o relatório da ManpowerGroup apresentado no Fórum Econômico Mundial, este fenômeno é global e atinge 54% das empresas no mundo todo.

Essa alta mundial de desempregados, confirma que com o avanço da tecnologia as relações de trabalho e as buscas por talentos mudaram, as empresas hoje são focadas na busca de soluções, e para isso são necessárias agora domínio de novas habilidades, isto é um novo perfil profissional envolvendo não apenas hard skills, habilidades técnicas, mas a valorização de soft skills, habilidades comportamentais que incluem características de personalidade e de temperamento,

Vale destacar que as vagas nas indústrias, ainda na sua maioria, são voltadas para operadores de prensas, ponte rolante, centro de usinagem, solda e ainda para chateadores, serralheiros, ajudante de produção entre outras, confirmando a pesquisa da CNI de 2020, revelando que as áreas mais afetadas nas empresas são as de operadores e técnicos de produção, seguidas de profissionais da área de contabilidade/finanças, administração, vendas e marketing.

A educação é um problema estrutural da economia brasileira principalmente pela má qualidade da educação básica e que não se resolve no curto prazo. O mundo inteiro vem se preparando para mudanças na formação e capacitação de pessoas, antes mesmo da pandemia. A busca por talentos está mais intensa, com a retomada da economia e com os investimentos na modernização dos processos produtivos pelas indústrias.

Como alternativa, empresas realizam capacitação na própria empresa ou investem em parcerias com instituições de ensino para enfrentar o problema.

Para minimizar a falta de profissionais qualificados é necessário uma mobilização entre o governo, instituições de ensino e empresas, para que num esforço conjunto, possam aprimorar e criar novas políticas públicas no sistema de ensino brasileiro, para a valorização e reconhecimento dos profissionais de cursos técnicos, além dos profissionais com curso superior, acompanhando tendências mundiais, fomentar a importância da interdisciplinaridade para soluções de problemas, tomadas de decisões, e finalmente, promover a importância da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática, associadas às necessidades da sociedade. ■

TAXA DE DESOCUPAÇÃO, JAN-FEV-MAR 2012 - OUT-NOV-DEZ 2020

